

José Carlos de Souza Braga

Reflexões sobre Dinâmica Capitalista

Apresentação do conjunto da Produção
Intelectual para o Concurso de Livre Docência.

Dezembro de 2004
Instituto de Economia
UNICAMP

Agradecimentos

A trajetória intelectual narrada neste memorial revela aqueles parceiros com quem compartilhei a execução de vários trabalhos, aos quais, em boa medida, devo o possível sucesso das realizações mencionadas.

Em especial há que dar ênfase ao que tenho aprendido no ambiente intelectual da “Escola de Economia Política” que se desenvolve na Unicamp, desde 1968. Escola essa que escapa da classificação usual, nem é ortodoxa nem heterodoxa; mas sim, dotada de “uma visão crítica e dinâmica do capitalismo” de acordo com formulação do professor Belluzzo. Além disso, é direcionada ao desenvolvimento econômico e à construção de uma sociedade avançada no Brasil.

Helena Lopes da Silva Brigante, minha secretária no Instituto de Economia, mostrou dedicação e competência admiráveis na montagem deste memorial. A quantidade de conteúdos com que ela teve que lidar e a habilidade com que o fez demonstram sua qualidade profissional. Vão para ela, portanto, minha homenagem e profunda gratidão.

Célia Maria Passarelli compareceu com seu bom gosto editorial e conhecida competência técnica.

Ao Orlando Carlos Furlan e à Elvira Gabatteli agradeço o apoio administrativo competente e solidário bem como à Greisiane de Fátima Bento da Silva por sua assistência na elaboração deste documento.

O memorial da professora Sonia Draibe, apresentado em 1992, foi uma espécie de “guia” para mim sem que isso implique que o brilhantismo ali contido tenha sido alcançado no presente texto.

Meus colegas da Fundap com quem vivi inúmeros momentos de trabalhos de pesquisa e de batalhas institucionais estão igualmente presentes em minha memória e nestas páginas. Agradeço a Alice Moura sua hábil e solidária ajuda na busca de documentos.

Marcos Antonio Macedo Cintra fez aquela rigorosa leitura crítica que elimina percalços diversos, mas, isso não o torna cúmplice de defeitos eventualmente remanescentes.

Julia Fernandes Braga, minha filha, cientista social de formação, fotógrafa por vocação e candidata à difícil profissão de cineasta, no Brasil, evitou que eu cometesse maiores atropelos ao vernáculo. A ela bem como a Cristiano, meu filho “parisiense”, e à mãe deles e minha companheira, Maria Elizabeth, meu carinho e reconhecimento pela paciência que tiveram ao longo do caminho.

Na memória, presenças que nutriram o entranhamento do lema: “livre sua docência”.

Concluo este texto no momento em que reassumo formalmente o regime de trabalho, em tempo integral, no Instituto de Economia da Unicamp, para cuja evolução geral pretendo firmemente contribuir, mais ainda, de maneira socialmente responsável diante das questões públicas brasileiras.

SUMÁRIO

Introdução	01
I Histórico e algumas considerações gerais: da ESCOLATINA, no Chile, à Escola de Economia Política da Unicamp	03
II Participação no desenvolvimento institucional e na evolução das disciplinas acadêmicas	07
III A produção científica	
• 1 As temáticas originais e seus desdobramentos	10
• 2 As linhas de pesquisa e produção científica	28
○ 2.1 Desenvolvimento capitalista brasileiro, política econômica e políticas públicas	29
○ 2.2 Evolução Internacional do capitalismo	55
○ 2.3 Dinâmica econômica: problemas teóricos	82
Bibliografia	91

Introdução

Os aspectos principais do trabalho que realizei, após meu doutoramento, estão resumidos nesta abertura com o propósito de facilitar a compreensão do documento como um todo.

Um deles diz respeito ao aprofundamento, no campo teórico, da concepção de dinâmica como flutuações de perfis mutáveis e como tensão expansão e crise por oposição ao mecanicismo (quer ortodoxo quer heterodoxo) do ciclo canônico de fases repetitivas (recuperação – auge – recessão – depressão - recuperação) que tem dominado o debate sobre o movimento do capitalismo.

Realizei pesquisas dedicadas à constatação histórica e empírica da tese de teoria econômica, defendida em 1985, sob o título *Temporalidade da Riqueza – uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista*, cuja idéia central foi a de dominância financeira.

Essa dominância financeira, um modo de ser do sistema, ganhou substância extraordinária e global nas últimas décadas, fato agora, amplamente reconhecido, mas, que eu saiba, ausente ou nada preeminente na literatura internacional e nacional de vinte anos atrás. Aprofundei essa idéia, nos anos 1990, complementarmente, com o conceito de *financeirização da riqueza*, a partir de pesquisas sobre a evolução concreta, desde os anos 1960, das principais economias desenvolvidas – Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Quanto ao Brasil, penso ter contribuído para a ampliação do conhecimento sobre o crônico dilema do padrão de financiamento, através da noção de *finanças industrializantes*. Essa idéia contempla os âmbitos creditício, monetário, fiscal e cambial, bem como o da articulação entre as formas do capital. Trata-se de uma questão brasileira reconhecida como crucial para o desenvolvimento, a qual, entretanto, não avançou substancialmente com a industrialização, o que, no longo prazo, torna a própria industrialização e o desenvolvimento sujeitos a processos de reversibilidade. Procurei contribuir para a crítica e busca de alternativas ao exclusivismo do combate inflacionário na política econômica tentando evidenciar os limites das políticas de estabilização na administração das crises em economias de

industrialização tardia. Igualmente, ao compreender as restrições fiscais como oriundas da dependência financeira externa e de desequilíbrios do balanço de pagamentos; ao denunciar a pobre versão brasileira da financeirização em que superávits primários altos correm atrás dos ônus da dívida pública acelerada por juros intermitentemente elevados. Procurei esclarecer a importância de não cercear o Estado em suas possibilidades fiscais, empreendedoras e de coordenação do desenvolvimento.

Os conteúdos acima resumidos evidentemente serão retomados em detalhe mais à frente.

Já se passaram 20 anos desde que concluí meu doutoramento. Como realizei muitos trabalhos nesse período, constato que tive certa dificuldade, na elaboração deste memorial, no que se refere a selecionar dentre muitos conteúdos aqueles que deveria apresentar por considerá-los mais importantes. Explico o fato porque como resultou numa peça maior do que minha intenção inicial devo clamar pela paciência do leitor, sobretudo dos membros da banca examinadora que compulsoriamente acompanharão os distintos momentos desse percurso. Tentei tornar o texto intelectual e literariamente atraente para – Oxalá! – capturar, na condição de leitores voluntários, aqueles “incautos” que venham com a intenção inicial de apenas folhear estas páginas.

Apresentarei minha produção científica – palavra algo pretensiosa para um economista, mas mantida aqui por conta do ritual acadêmico – através da estruturação dos conteúdos e da dinâmica de conhecimento que têm orientado minhas atividades intelectuais em teoria da dinâmica econômica, em economia internacional e em economia brasileira.

Na parte I, trato das condições em que se deu minha formação como economista e das idéias que a orientaram. Na parte II, identifico minha contribuição para instituições e disciplinas acadêmicas a que me dediquei. E, enfim, na parte III, disserto sobre minha produção tematicamente organizada e segundo uma cronologia articulada a essas temáticas.

I Histórico e algumas considerações gerais: da Escolatina, no Chile, à Escola de Economia Política da Unicamp.

Iniciei meu trabalho acadêmico na Unicamp, em 1974, após o curso de Mestrado na ESCOLATINA da *Universidad de Chile*, em Santiago, entre 1971 e 1973. Nessa época, desenvolviam-se docência, pesquisas e debates intensos sobre teoria econômica, evolução do capitalismo mundial e desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) da América Latina.

No campo da teoria econômica tratava-se de ler detalhadamente os autores importantes para a compreensão realista e crítica da estrutura e da dinâmica do capitalismo. Liderava essa reflexão o esforço de compreender, sem dogmatismos, a teoria do capital e da acumulação de capital, em Karl Marx, bem como a teoria da demanda efetiva, na concepção de Michael Kalecki e Joseph Steindl. A professora Maria da Conceição Tavares comandava o trabalho para apreender a realidade efetiva do capitalismo.

Tinha início igualmente o empenho para decodificar John Maynard Keynes do *imbroglia* em que se encontrava sua teoria da demanda efetiva que havia sido desfigurada por meio da chamada “síntese neoclássica” inaugurada por John Hicks, autor cuja grandeza aparece, sobretudo nas contribuições pautadas pela autocrítica. É sabido que o trabalho maior nessa linha estava sendo feito por Hyman Minsky, nos Estados Unidos, que publicou, em 1975, um livro fundamental intitulado *John Maynard Keynes*, cuja leitura e debate viemos a realizar na Unicamp, na década de 1980, sob a iniciativa dos professores Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Luciano Coutinho. Em Santiago, acompanhávamos nos cursos do professor Antonio Barros de Castro o debate sobre teoria do capital travado pelas duas escolas de Cambridge, a inglesa de orientação pós-keynesiana e a norte-americana de cunho neoclássico, bem como as interpretações de Harrod e Domar que apontavam para a teoria da instabilidade existente em Keynes.

No âmbito da discussão histórica sobre o capitalismo destacava-se o problema da internacionalização e da monopolização com suas conseqüências para a América Latina. Nessa região, e no Brasil, em particular, o que marcava o debate, obviamente, além da “Questão da Dependência”, era o tema da possibilidade de se

manter os avanços industriais alcançados, escapar à estagnação econômica. Enfim quais seriam as possibilidades de desenvolvimento capitalista. O tema da política econômica ingressava nesse plano em grande parte pelas idéias do professor Carlos Lessa sempre presentes em discussões sobre a industrialização brasileira e seus percalços.

Nesse ambiente intelectual havia evidentemente a preocupação maior com os destinos políticos de nossos países especialmente naquele tempo em que no Chile ocorria uma tentativa de transição democrática para o socialismo. Assim, o debate acerca do planejamento econômico socialista se colocava bem como o da sua possível “superioridade” por contraposição às vicissitudes da economia capitalista.

Na compreensão do capitalismo meu interesse acadêmico centrou-se nas questões da dinâmica econômica para o que os cursos conduzidos pela professora Maria da Conceição Tavares foram decisivos.

Maturity and Stagnation in American Capitalism, de Joseph Steindl, foi um livro-chave. Além das aulas, nos reuníamos com a professora Conceição em sua casa em torno de uma grande mesa onde líamos em conjunto capítulos, trechos e discutíamos assim detalhadamente passagens decisivas do texto. Para mim, nascia ali uma leitura kaleckiana-steindliana que foi e é estratégica nos trabalhos que venho realizando, desde então, sobre estrutura e dinâmica da economia capitalista. Mais que isso, iniciei ali a compreensão de qual deveria ser a forma de se pensar na perspectiva da economia política, ou seja, historicamente referenciada, analiticamente sustentada, voltada para as transformações estruturais, atenta às evoluções conjunturais, ciente das relações entre Estado e mercado.

Escrevi um *paper* que foi um ponto de partida para a linha de pesquisa teórica que vim a desenvolver e que redundou em minha tese de doutorado. Nesse *paper* cujo título é “*Notas sobre o processo de concentração e centralização de capitais*” discutia como evolui o capitalismo de uma estrutura competitiva para uma estrutura oligopolista de acordo com a análise de Steindl e como se verifica um processo de acumulação de capacidade produtiva ociosa indesejada que pode levar à crise. Em simultâneo, analisava o fenômeno do capital financeiro em Hilferding, tanto em sua formulação mais abstrata - fusão das formas de riqueza, lucro e juros –

quanto em sua forma concreta nas relações entre bancos e indústrias, historicamente calcadas na experiência alemã.

Dessa forma, os trabalhos que li, na década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, foram dos mais importantes para forjar a concepção lógico-histórica que guiou minha pesquisa em teoria econômica desde então.

Na Unicamp, desde 1974, a reflexão do professor Luiz Gonzaga Belluzzo sobre Karl Marx foi muito esclarecedora através de seu trabalho de doutorado – *Valor e Capital* – e de seu curso sobre Teoria do Valor e do Capital. Na discussão do eixo mercadoria-valor-dinheiro-capital o professor Belluzzo esclarecia a concepção dinâmico-estrutural oriunda da construção de Marx sobre o Capital, sobre sua dinâmica contraditória. Esclarecia como o capital lidava com os limites postos por ele mesmo, uma vez que, aqueles limites exteriores – a terra mais ou menos produtiva, o trabalhador assalariado, a magnitude populacional, o tamanho dos mercados etc – haviam sido superados pela conformação do regime do capital com suas forças produtivas específicas.

Em seus cursos sobre Lord Keynes e sobre os trabalhos de Minsky, o professor Belluzzo foi fundamental para expor a natureza monetária e financeira desse modo de produzir bens e serviços mas sobretudo de acumular riqueza abstrata que é o capitalismo. A teoria da demanda efetiva em que o dinheiro ocupa o papel de reserva estratégica de valor era apreendida como instrumento teórico crucial da teoria da instabilidade do capitalismo. As abordagens acerca do cálculo capitalista sobre os rendimentos operacionais esperados, sobre os juros e a capitalização adquiríveis pelo dinheiro, sobre as expectativas e a incerteza, foram elementos teóricos de um intenso debate que conformou uma interpretação do capitalismo em cujo âmbito se inscreve minha produção intelectual.

Alguns trabalhos da Unicamp referentes à interpretação histórico-estrutural do capitalismo mundial, latino-americano e brasileiro, em particular, foram também decisivos em minha formação e na influência sobre temas de pesquisa. Penso no trabalho de João Manuel Cardoso de Mello – *O capitalismo tardio* – que esclareceu sobre os processos de industrialização ao longo da evolução capitalista. Wilson Cano aprofundou a discussão da industrialização inserindo-a na

questão estratégica do desenvolvimento regional, pensado nacionalmente. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira seguiu essa trilha e a enriqueceu com uma leitura teórico-histórica, a partir de Marx, sobre esses processos, com o que, entre outros méritos, elucidou problemas de interpretação tanto sobre o livro “*O capital*” quanto sobre o capitalismo histórico. A leitura desses trabalhos e o convívio intelectual com esses colegas foram determinantes para que economicismos teoricistas fossem excluídos de minhas reflexões.

Sonia Draibe, em sua tese “*Rumos e Metamorfoses*”, dá mostras de como pensar economia e política de como articular política econômica e política social no desenvolvimento do Estado brasileiro. Em particular, a visão, a análise e as pesquisas histórico-concretas da professora em torno da temática da questão social e da política social foram fundantes do meu trabalho nesse campo que teve início com minha dissertação de Mestrado – *A questão da Saúde no Brasil* – defendida no DEPE – Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Unicamp, em 1978. A partir do contato com essa temática das políticas públicas que Sonia Draibe tem trabalhado abriu-se um campo de pesquisa que também tem feito parte de minha trajetória. Aqui, as parcerias com Pedro Luiz Barros Silva, Eduardo Fagnani, Geraldo Di Giovanni, Aloísio Teixeira, Ligia Bahia, André Médici têm sido frutíferas para minha produção.

A estrutura produtiva oligopolista das economias contemporâneas, sua dinâmica e sua internacionalização foram temas que Luciano Coutinho vinha trabalhando e que contribuíram também de forma importante para minha percepção de problemas relevantes referentes ao tema.

Frederico Mazzucchelli e eu trabalhamos a questão do capitalismo monopolista em pontos cruciais que contribuíram para o desenvolvimento de minha tese de doutoramento. Além disso, o conhecimento profundo e a didática exemplar de Mazzucchelli no tratamento da teoria do valor e do capital foram norteadores dos meus empenhos nesse campo.

Todas essas influências, portanto, estiveram presentes naquela tese cujo primeiro momento foi um projeto de estudos sobre teorias dos ciclos econômicos que eu pretendia tornar minha dissertação de Mestrado. Essa, no

entanto, acabou sendo no campo das políticas públicas de modo que o projeto inicial sobre ciclos foi se transformando até sua efetivação, em 1985.

II Participação no desenvolvimento institucional e na evolução das disciplinas acadêmicas

Retornei do Mestrado na ESCOLATINA, em 1974, para trabalhar no DEPE no Curso de Mestrado que se iniciava. Esforçando-me para superar as deficiências próprias de um “jovem professor” procurei contribuir para a constituição de nosso programa de pós-graduação cuja qualidade foi reconhecida nacionalmente e para o qual afluíram cientistas sociais de todo o Brasil e mesmo da América Latina.

O avanço da reflexão em nossos cursos teóricos e históricos foi sabidamente decisivo para o debate das questões nacionais, para a luta política pela democracia e pela formulação de alternativas de política econômica.

Formou-se uma “escola de pensamento” ao desenvolver-se a crítica à Economia Política da CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Pertencendo à chamada “segunda geração” da Economia da Unicamp – junto com os colegas oriundos da ESCOLATINA – participava dos seminários e dos cursos sob o comando dos nossos *founding fathers* o que permitiu que a geração mencionada fosse preparada para dar seqüência à evolução institucional, à atualização e perspectivas no exercício da docência, da pesquisa e das preocupações com o desenvolvimento nacional. Sabidamente a força de nossa escola fundou-se e funda-se na contínua referência à teoria e à história e na interação permanente entre as atividades de ensino e pesquisa, sem o que, a evolução da reflexão teria estagnado. Procurei contribuir para tanto através de meus trabalhos em teoria econômica, economia internacional e economia brasileira.

No campo das disciplinas venho lecionando e procurando aprimorar os conteúdos em: Teoria do Valor e Capital, Macroeconomia Keynesiana, Teoria Monetária e Financeira, Relações Econômicas Internacionais, Política Econômica no Brasil. Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado têm sido objeto do trabalho de orientação e de participação em bancas examinadoras.

Na década de 1970, teve início a interação institucional entre a Economia da Unicamp e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap–do Governo de São Paulo, instituição essa criada para atuar em pesquisas aplicadas sobre o setor público, em ensino para os administradores públicos e em consultoria organizacional para a melhoria dos aparelhos de Estado. Luiz Gonzaga Belluzzo fez parte da primeira Diretoria da Fundap constituindo a área de pesquisas econômicas. Em 1978, por indicação de João Manuel Cardoso de Mello, passei a fazer parte do quadro de pesquisadores dessa fundação, ficando em regime de tempo parcial na universidade.

Essas preliminares imediatamente acima se justificam pela necessidade de registrar que o desenvolvimento institucional da Economia da Unicamp possui estreita relação com o vínculo entre as mencionadas organizações. Procurei ser atuante para a evolução de ambas. Desde o início com o professor Belluzzo estabeleceram-se parcerias no campo das pesquisas, do ensino, e das consultorias. Pesquisadores da Fundap eram alunos da Unicamp; bacharéis, mestres e doutores da mesma trabalhavam na Fundap. Atuamos em conjunto em pesquisas, cursos e seminários. Durante a primeira metade dos anos 1990 fui Diretor do Instituto de Economia do Setor Público, no âmbito da Fundap, quando procurei intensificar esse intercâmbio institucional. Até o presente – 2004 – aquele vínculo permanece ainda que submetido às fragilidades tão típicas da difícil evolução das instituições brasileiras.

No âmbito organizacional interno ao Instituto de Economia cabe ainda mencionar minha atuação no Centro Conjuntura e no Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais, bem como no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. No primeiro fui Diretor por um breve período, no segundo sou Diretor atualmente e no terceiro tenho exercido pesquisas na área de políticas públicas em saúde.

Adicionalmente, considero válido registrar minha participação na equipe da Unicamp que foi ao Governo Federal, em 1985/1987, participar da tentativa do Plano Cruzado de acelerar o desenvolvimento nacional, tendo à frente o Ministro Dilson Funaro, com Cardoso de Mello e Belluzzo como assessores principais. É preciso ter em conta que as vitórias e derrotas acontecidas nesse

período forjaram no espírito dos protagonistas de nossa escola conteúdos que fizeram parte de iniciativas e reflexões que conduziram a uma melhor compreensão das questões brasileiras.

Numa perspectiva político-institucional cabe registrar que tive a honra de suceder Luciano Coutinho na presidência do Conselho Regional de Economia de São Paulo– Corecon-SP–, no ano de 1985, período em que esse órgão atuava fortemente pela transição democrática e pela emergência de uma política econômica progressista no Brasil, momento em que a ditadura militar surgida em 1964 se extinguia.

Finalmente, ao longo do ano de 2003, fui Secretário de Estado do Governo do Amazonas. Assessoriei uma ampla reforma administrativa em cujo âmbito foi criada a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da qual fui titular naquele ano. Como tal, conduzi a implantação dessa Secretaria, a elaboração do Plano Plurianual – PPA – 2004/2007, elaborei o Orçamento 2005, contribuí para a retomada da idéia e da prática de planejamento econômico que estavam eliminadas da agenda pública naquele estado. Coordenei a equipe que redigiu a parte do Amazonas no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, iniciativa do governo federal do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Cumpridas essas tarefas encerrei minha participação no governo.

Através desses instrumentos técnicos penso ter dado uma contribuição para o avanço das políticas públicas naquele estado brasileiro que, dentre outros, é dilapidado por oligarquias atrasadas que impedem a construção do desenvolvimento econômico-social, com responsabilidade pelo meio-ambiente. No âmbito regional assim como no nacional as mudanças seguem abertas à luta política, à história.

III A produção científica.

1. As temáticas originais e seus desdobramentos.

Afirmar acima que durante o Mestrado em ESCOLATINA realizei um trabalho de curso ministrado pela professora Conceição Tavares que considero “fundante” de minha trajetória como economista: resumir e avaliar os livros de R.Hilferding e J.Steindl. Neste último apoiei-me para discutir a transição de um padrão de acumulação de livre concorrência (dito de competição) para o de acumulação em condições oligopolistas. Com aquele aprendi o conceito de capital financeiro e a natureza historicamente determinada das relações entre capital monetário e produtivo.

O movimento de acumulação interna de lucros, de realização de lucros extraordinários via progresso técnico e a busca por ampliar a participação nos respectivos mercados levava à acirrada competição inter-empresas que acabava por concentrar e oligopolizar os mercados. Steindl, como sabemos, formula na continuidade dessa transição a tese da estagnação no capitalismo maduro, tendo como referência histórica a economia dos Estados Unidos. Elabora uma moderna teoria da acumulação de capital baseada nas decisões de investimento da grande empresa e na resultante dinâmica da demanda efetiva. Cria, entre outros conceitos geniais, o de capacidade produtiva ociosa planejada, o de grau de endividamento forçoso, no âmbito da teoria das decisões de investimento. Acontece que o sistema tenderá a gerar uma capacidade ociosa além da desejada ou planejada pelas grandes empresas, assim como, um descontrole financeiro em que muitas empresas se encontrarão com compromissos de juros e amortizações maiores do que pretendiam, em razão de lucros não-realizados e assim, a economia como um todo terminará, no longo prazo, por enfrentar a dinâmica de estagnação econômica. Crises de superacumulação de capacidade produtiva que redundam na estagnação.

Trechos sintetizadores desse movimento em meu texto foram:

“O equilíbrio em constante negação e a Acumulação e a Competição conduzindo à ‘concentração absoluta’ – eliminação de empresas – Dinâmica e contradição. Enquanto o capitalista se move para expandir seu lucro sem limite, o equilíbrio exige esse limite. A Competição e a Acumulação se estimulam e se reforçam mutuamente. A Competição, fenômeno cuja existência permite a eliminação de empresas, funcionaria para manter dentro de um limite as margens de lucro líquido a um nível dado de utilização. Mas a agressiva acumulação de fundos é persistente e está ao mesmo tempo forçando a suspensão daquele limite. A ‘concentração

absoluta' – entendida como processo de eliminação de firmas – se faz inevitável. Em Steindl: 'A concentração absoluta e a limitação das margens de lucro líquido, a níveis dados de utilização, constituem na realidade somente dois aspectos de uma mesma coisa, e a causa de ambas é a pressão competitiva da acumulação interna de fundos'." (Braga, 1972, p. 6-7).

A tendência de surgimento de capacidade ociosa de tipo estagnacionista foi vista assim:

"Na Indústria Oligopólica há inelasticidade das margens de lucro para baixo e o 'esforço de vendas' é desaconselhável para a lucratividade das empresas.

A maior Acumulação Interna não encontra no Oligopólio formas imediatas de compensação. Aí está o gérmen da defasagem que se forjará, ao longo do processo, entre potencial de Acumulação e possibilidade de inversão.

A Demanda Efetiva continua crescendo ao ritmo histórico e, portanto o problema de inversão não se coloca de imediato.

Ocorre que as vendas seguem sendo atendidas com um grau de utilização decrescente porque na realidade a expansão da capacidade produtiva, como resposta ao aumento dos fundos acumulados, é superior à das vendas." (Braga, 1972, p. 7).

É evidente que essa "tese final" era discutível e o próprio Steindl fez autocrítica alguns anos depois realçando que ele deveria ter dado maior importância à capacidade que o progresso técnico tem de ampliar seguidamente o horizonte de investimentos para as grandes empresas. Mas, o importante é que sua obra mostra-se potente para pensar o núcleo do processo decisório no Capitalismo Monopolista, em que os grandes oligopólios, ao decidirem o quanto tomar de crédito, no que inovar e quanto e como investir impulsionam uma resultante macroeconômica determinada, crítica.

Steindl partia das obras de Michael Kalecki sobre ciclo e tendência no capitalismo, uma vez compreendido que os capitalistas ganham aquilo que gastam – em investimento e em consumo – e os trabalhadores gastam o que ganham. Isto é, o gasto capitalista determina a massa de lucros e, dada a distribuição funcional da

renda entre salários e lucros, fica também determinada a renda nacional. Em suma essa é a conhecida síntese genial de Kalecki sobre a teoria da demanda efetiva.

A leitura de Kalecki e Steindl, na ESCOLATINA, lançou-me intelectualmente no projeto de compreender o que é, como se transforma, o que produz a dinâmica capitalista e o que ela é impotente para realizar, tal como a distribuição da riqueza e da renda inter-classes sociais, a convergência entre o “centro” e a “periferia” do sistema, e o pleno emprego, exceto em “casos especiais”.

Por essa razão formulei uma proposta de dissertação de Mestrado que seria um balanço crítico das teorias dos ciclos econômicos a ser defendida na Unicamp, uma vez que a ESCOLATINA havia sido fechada pelo golpe militar contra o governo eleito de Salvador Allende.

Antes de prosseguir, contudo, quero fazer breve referência ao outro *paper* escrito naquele curso, no Chile, referente ao capital financeiro, tema que se integrou estrategicamente ao meu trabalho de pesquisa, como era necessário.

No texto com base em Hilferding identifiquei desde logo a noção mais geral de capital financeiro como a fusão da forma lucro operacional com a forma juros. Todo grande capital organiza-se como capital financeiro ao buscar esse *mix* em sua rentabilidade e no fortalecimento de seu poder competitivo. Historicamente atuante na Alemanha é evidente que ele presenciou e escreveu sobre uma das formas possíveis de manifestação – o conglomerado oriundo da fusão do capital bancário com o capital industrial.

Apreendi, portanto, que essa dimensão financeira da valorização era poderosa e tão importante quanto a acumulação com base na produção de bens e serviços. O desdobramento financeiro estava latente em Marx com a noção de capital fictício.

No *paper* a partir de Hilferding:

Propriedade e Finanças

“A aliança do Capital Monetário com o Industrial correspondeu a modificações essenciais da sua natureza, da sua função no sistema capitalista.

No espaço histórico entre a Produção Artesã e a Produção Capitalista, em que a Indústria implanta sua hegemonia, operava o Capital Monetário na qualidade de usurário e comercial.

Antes da evolução maior das relações entre Capital Industrial e Monetário, este desenvolveu o chamado 'Crédito de Circulação' que correspondia a um crédito de pagamento. Poupa-se o dinheiro que é substituído assim por dinheiro de crédito e se atende às exigências monetárias para a comercialização dos produtos. Essa foi a forma básica das relações entre Capital Monetário e Comercial, significando a primeira evolução para o Capital Bancário cujo progresso se consolida com o desenvolvimento da relação entre Capital Industrial e Monetário.

Esse avanço promove a negação do Capital Usurário pelo Bancário. Esse evolui para uma atitude coordenada e cooperada com o Capital Industrial sem que isso signifique a inexistência de uma transformação preocupada com a hegemonia, que por sua vez não pode ser entendida como criadora de um pólo subjugado. Essa é a natureza peculiar da relação que o Capital Financeiro, negação do Capital Bancário, vem a estabelecer com o Capital Industrial, este sob a liderança daquele”. (Braga, 1972, p. 11).

Capital Financeiro

“Surge assim o Capital Financeiro que Hilferding chama ‘ao Capital Bancário, isto é, Capital em forma de Dinheiro, que deste modo se transforma realmente em Capital Industrial’.”

“Seu desenvolvimento se dá com a evolução da sociedade por ações. Assim, os Bancos adquirem o 'Lucro de Fundador', consequência da 'transformação do Capital portador de lucros para produtor de juros' (Hilferding). Os bancos possuidores das 'ações' das empresas obtém, ao transformá-las em dinheiro, uma massa de Capital superior à transferida para Indústria e portanto obtém lucro. Um lucro de caráter especial não extraído do setor Industrial mas 'gerado' na órbita do Capital Financeiro.

Desta forma o Capital Monetário transformado em Financeiro além de participar no lucro gerado pelo setor produtivo é capaz de gerar um lucro extra pela negociação das 'ações' em Bolsa”. (Braga, 1972, p.12).

Monopólio de Grandes Capitalistas Monetários

“O Capital Financeiro assume função adequada às características, necessidades e exigências do setor produtivo, no Capitalismo moderno; que evoluiu de tal modo a confundir os capitalistas industriais com os capitalistas monetários e a atribuir a estes a liderança enquanto detentores do Capital Financeiro.

Uma hegemonia assim explicitada por Hilferding: ‘Ainda que tenhamos visto que a Indústria cai em uma dependência cada vez maior do Capital Bancário, isto não significa que os magnatas da Indústria dependam dos magnatas bancários. À medida que o Capital mesmo, em seu grau superior, se converte em Capital Financeiro o magnata do Capital, o capitalista financeiro, vai reunindo em si a disposição de todo o Capital nacional em forma de domínio do Capital Bancário. A união pessoal também joga aqui um papel importante. O Capital Industrial não está agora sob a ‘ditadura’ do Capital Financeiro como esteve em relação ao Capital Comercial nas fases anteriores de evolução industrial.

Trata-se agora de uma relação de natureza especial fruto da essência do modo de evoluir do capitalismo o que Marx, ainda que não tenha analisado o capital financeiro, previu: ‘... quanto maiores sejam as perturbações tanto mais capital monetário tem que possuir o capitalista industrial para poder esperar a compensação; e como na modalidade de produção capitalista se amplia a escala de todo o processo de produção individual e com ela a magnitude mínima do capital que há que antecipar, se une aquela circunstância às outras, que transformam cada vez mais a função dos capitalistas industriais em um monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados’.” (Braga, 1972, p.13).

A pergunta chave sobre dinâmica

Era conseqüentemente claro que na discussão dos ciclos a dimensão financeira teria importância adicional àquela que já era oriunda do grau de endividamento (Kalecki e Steindl) que envolvia os investidores produtivos e os capitalistas dos bancos. Em outras palavras, envolvia necessariamente a percepção

simultânea da acumulação produtiva e da acumulação financeira. Isto significava ver que a dinâmica não poderia estar unicamente determinada pelo movimento do capital industrial, dada a taxa de juros e uma certa propagação dos compromissos financeiros no tempo. O processo já era suficientemente complexo e crítico tal como analisado por Kalecki e Steindl. O que pensar da introdução ampla da problemática financeira? Nesse ponto estavam minhas intuições e análises, quando estava a elaborar a dissertação de Mestrado. Essa temática veio a ser desenvolvida em minha tese de doutoramento, mais à frente.

Por razões biográficas que não precisam constar desse memorial e que foram, à época, apenas parcialmente conscientizadas por mim, acabei por realizar minha dissertação de Mestrado na área de políticas públicas como mencionei acima.

A Questão da Saúde no Brasil – Um estudo das políticas sociais em Saúde Pública e Medicina Previdenciária no Desenvolvimento Capitalista. Esse era o título da dissertação. A abordagem foi composta tanto do ângulo da política econômica quanto daquele correspondente ao movimento sócio-político. Esse trabalho mostrou nexos dinâmico-estruturais que atuam até o presente momento histórico brasileiro.

Pesquisei as relações entre industrialização e políticas de saúde tratando de elucidar o conteúdo da política nacional que se constituiu entre 1930 e 1966. Examinei o debate sobre as formas de atuação médico-sanitária, a evolução do aparelho de Estado em Saúde Pública, a composição do gasto público em saúde e em medicina previdenciária, as transformações ocorridas em meio à crise político-econômica que afetou o país no início dos anos 1960. Esse trabalho permitiu compreender a natureza que boa parte das políticas públicas iriam ter nos anos seguintes de ditadura e intensificação da evolução do capitalismo no Brasil. Estudei a política estatal em Saúde e a capitalização da medicina. A saber, como a saúde e a medicina foram objetos do processo de mercantilização e simultaneamente da ação do Estado. Como as interações público-privadas mediante o padrão de gasto, de financiamento, dos subsídios, das regulamentações ampliaram o setor privado de assistência à saúde. Na verdade, como se forjou um “complexo econômico da saúde” que além das instâncias públicas acolhia a indústria farmacêutica; de equipamentos médicos e hospitalares; clínicas, hospitais e laboratórios privados, os

seguros particulares em saúde. Com o setor público de atenção à saúde estruturalmente ligado às empresas privadas estabeleceu-se uma forma de interação que, embora não seja único determinante, certamente segue sendo importante para os problemas da questão da saúde.

Na dissertação afirmei:

“Os dois aspectos desta questão – o de Saúde Pública e o de Medicina Previdenciária – enquanto políticas do Estado, demandam a análise de suas relações com a evolução da economia e as transformações do Estado.

Por esta razão, apesar de inicialmente movido para o entendimento do 'Setor Saúde' montado após a Reforma Previdenciária de 1966, caminhei para uma reconstrução histórica das políticas de saúde, em seus traços básicos, desde a primeira etapa da forma capitalista de produção no Brasil”. (Braga, 1978, p. i).

Nessa oportunidade penso que pode valer a pena reproduzir uma nota de pé de página que Sonia Draibe e eu redigimos para minha dissertação. Nela, há certa concepção de política social, mesmo que genericamente formulada, válida de considerar na medida em que veio a “orientar” pesquisas nossas e de outros colegas nesse campo de conhecimento cuja utilidade pública imediata é reconfortante para vários de nós. Ei-la:

“(1) Utilizo, neste trabalho, de forma descritiva e provisória, a noção de questão social para apreender fenômenos complexamente determinados. De um lado, a gênese e transformação desses fenômenos constituem manifestações concretas das formas através das quais reproduzem-se as relações sociais de produção. De outro, manifestam-se desde logo nas práticas políticas e ideológicas e tendem a se constituir em objeto de políticas do Estado.

O desenvolvimento capitalista, neste sentido, constitui em questões sociais, entre outros, aqueles processos relacionados à formação e reprodução da força de trabalho para o Capital. E num mesmo movimento constitui o Estado no organismo por excelência a regular e responder a tais questões. Ao fazê-lo, o Estado, como Estado capitalista e nacional, amplia-as, 'atribuindo-lhes' um caráter geral e universal.

No Brasil, o caráter tardio do desenvolvimento capitalista coloca precocemente ao Estado tais problemas. Tanto porque o Estado antecipa-se ao movimento das forças sociais, quanto porque, mesmo nas primeiras etapas da sua formação deve minimamente atuar como Estado nacional.

Assim pensada a questão social, creio ser possível apreender diferentes processos e suas respectivas políticas de regulação distribuídos por diferentes planos: o da regulação do mercado de trabalho e do processo de trabalho (política de imigração, legislação trabalhista, política salarial, regulação da jornada de trabalho, etc.); o da normatização da atividade política (organização e controle sindical, legislação do direito de greve, etc.); o da composição do consumo dos assalariados (saúde, habitação, educação, etc.); o da composição das 'rendas de trabalho' (como por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Programa de Assistência dos Servidores Públicos – PASEP)". (Braga, 1978, p. 179).

Quanto às repercussões para meu trabalho, quero salientar que a incursão nesse campo permitiu-me ganhar uma capacidade analítica acerca das políticas de financiamento da política social bem como das relações desta com a política econômica, que abriu uma senda de atuação acadêmica e de serviço público em que atuei e sigo atuando.

Entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 o trabalho de Mestrado possibilitou que eu tivesse elevada participação nos debates sobre o estágio em que se encontrava o sistema brasileiro de saúde, as transformações necessárias e as interações com as mudanças econômicas e políticas que se almejava. Conforme consta do memorial descritivo foram diversas participações em seminários universitários, bancas de tese, reuniões da SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Conferência Nacional da Saúde, programas do MDB–Movimento Democrático Brasileiro etc.

Esses trabalhos em políticas públicas¹ e atividades ajudaram a construir uma linha de pesquisa em políticas públicas na área social que, sob a liderança de Sônia Draibe, Geraldo Di Giovanni, Pedro Luiz Barros Silva, Eduardo

¹ Em 1979, já na Fundap, escrevi um trabalho na linha de políticas públicas interpretando características da matriz brasileira de transportes e a política econômica, ressaltando o desequilíbrio já evidente e preocupante em prol do padrão rodoviário-automobilístico em detrimento das ferrovias e hidrovias; problema esse que só agravou-se nas duas últimas décadas inclusive com a deterioração do que já existia em rodovias e com o caos do transporte urbano.

Fagnani tem-se desenvolvido muito positivamente no Instituto de Economia da Unicamp e no Núcleo de Estudos de Política Pública. Quando realizei a dissertação de Mestrado a professora Sônia Draibe escrevia sua tese "*Rumos e Metamorfoses*", uma referência nacional para os estudos em ciência política. Sem essa simultaneidade e as reuniões de trabalho que tive com ela, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, minha dissertação não teria atingido seus objetivos.

Na área de economia brasileira e política econômica iniciei estudos que foram retomados na fase pós-doutorado. Um exemplo está no texto "Os orçamentos estatais e a política econômica", publicado em 1982, quando se debatia a relação entre a inflação e os orçamentos públicos existentes.

Nesse trabalho que foi reeditado em 1998 alertava para o caráter restritivo da visão orçamentária que se estabelecia. Na atual década de 2000 isso se manifesta a plena carga na linha da busca de elevados superávits primários para pagar dívida pública, pobre versão brasileira da financeirização. A formulação era a seguinte:

Controle Ortodoxo: três orçamentos em um só

"É necessário colocar corretamente os termos do problema que tem sido apresentado como o da 'unicidade orçamentária' do setor público brasileiro. Isto é, o da integração entre os orçamentos fiscal, monetário (Banco Central e Banco do Brasil) e empresas estatais. Ou ainda, o mesmo problema tem sido formulado como o da harmonização dos instrumentos fiscais e monetários da política econômica."

"... orçamento monetário que tem de suportar os **subsídios creditícios** (implícitos e explícitos) e **diretos**.² Os subsídios, creditícios, como é sabido, decorrem de operações em que as autoridades monetárias cobram taxas de juros inferiores às de mercado, enquanto que os **diretos** (ao consumo) decorrem da vigência de preços inferiores àqueles que os custos sugerem ser os preços efetivos de mercado. Uma vez que as contribuições do orçamento fiscal têm sido abaixo da carga de subsídios, alega-se, nesta versão, que a diferença tem de ser coberta por expansão da

2 Implícitos ao crédito (agropecuária, exportação); explícitos ao crédito (PROAGRO, PROTERRA, FUNDAG); diretos (trigo, petróleo, soja, açúcar).

base monetária, isto é, emissão primária de moeda (Langoni, 1981: 6).

Em seguida, a argumentação indica que a geração de recursos não-monetários (isto é, que não decorram da emissão de moeda) é afetada negativamente pela existência de incentivos fiscais que implicam vazamento de receitas do governo.

Estas necessidades de expansão da base monetária por causa do déficit público, no entanto, chocam-se com a possibilidade de exercer uma política monetária de combate à inflação, com o que o governo tem sido levado a dois tipos de procedimentos. Num, transfere compulsoriamente recursos da Caixa Econômica Federal e os provenientes de depósitos a prazo fixo do Banco do Brasil para que as autoridades monetárias possam conciliar a exagerada expansão de suas operações ativas (empréstimos, financiamentos e outras contas) com o desejado controle do crescimento da base monetária. E com o mesmo objetivo lança mão de um segundo procedimento que é o da dívida pública através da colocação de títulos pelo mercado aberto. Neste último, os limites estão dados pelo nível suportável de taxa de juros, pela relação dívida/PIB e pela permanência de ativos financeiros privados no mercado de títulos. Quais as linhas de solução a que se chega, posto o problema nestes termos?”

“É urgente – conclui o presidente do Banco Central – que se altere este status quo, criando as condições para que a política monetária possa ser executada com maior grau de previsibilidade. O que se deseja, em resumo, é uma **programação** monetária que possa ser cumprida com eficiência e rigor” (Langoni, 1981: 10).” (Braga, 1998c, p. 225-227).

Qual déficit?

“A interação destes orçamentos não tem implicado déficit. Ao contrário, os recursos do Estado – transferências do Tesouro mais poupança própria líquida, conforme dissemos antes – têm respondido por quase 80% dos investimentos diretos das empresas estatais, o que proporciona uma elevada taxa de autofinanciamento das atividades públicas de investimento.”

“O problema – reanimemos a memória – advém de uma expansão das **operações ativas** das autoridades monetárias – crédito, empréstimos e outras contas – que não são suficientemente cobertas pelas fontes de recursos com que contam o Banco Central e o Banco do Brasil no chamado **Passivo não-monetário**, em que estão recursos próprios, outros oriundos de fundos e programas especiais,

recursos líquidos do Tesouro Nacional junto às autoridades monetárias etc. Deste desequilíbrio resulta a emissão de **base monetária**, emissão essa denominada 'imposto inflacionário', no sentido de que estariam sendo taxados os detentores de meios de pagamentos, cujo valor vai sendo depreciado pela inflação.”

“Qual a origem deste desequilíbrio entre **aplicações e fontes de recursos**, estas interpretadas também como **fatores** de contratação da base monetária? A origem, diz-se, são os **subsídios** creditícios (taxas de juros abaixo das de mercado), fiscais (receita não-realizada) e os diretos ao consumo (em que os preços cobrados ao consumidor são inferiores aos preços potenciais de mercado considerados os custos reais de produção do trigo, petróleo, etc.).”

“Neste quadro, as transferências de recursos subsidiados disseminam a especulação lato sensu: **os subsídios correspondem à criação de fundos líquidos para especulação**. Aí sim, a base monetária ampliada alimenta os circuitos especulativos; o crédito entra na 'roda' e se esteriliza seu potencial produtivo...”

“A conclusão é de que a política econômica deve atuar menos sobre os efeitos e enfrentar as raízes desse quadro especulativo-inflacionário. Como demonstramos, o único déficit realmente existente **é o que atualmente se origina no orçamento monetário, ainda que não na magnitude dos subsídios**, cuja redução o governo tem providenciado, mas com a devida cautela por saber que sua extinção abrupta só agravaria a inflação. Nas circunstâncias da recessão, aquele déficit específico sanciona a especulação, e é por isso que é inflacionário. Combatê-lo às custas do cerceamento fiscal e empresarial do Estado é restringir o espectro da rentabilidade produtiva e alimentar de fundos líquidos a economia, sem a garantia de uma contrapartida em dispêndio produtivo”. (Braga, 1998c, p. 235, 237, 239, 243-244).

O que fazer?

“A 'unicidade orçamentária', por esta via, é danosa aos ditames do desenvolvimento. Ao contrário, a integração dos orçamentos fiscal, monetário e das empresas estatais num orçamento público global que expresse políticas de curto e longo prazo com vistas ao desenvolvimento é desejável. Nesta perspectiva é pertinente orientar os investimentos públicos (e os subsídios) segundo um plano governamental de articulação industrial público/privado, como também prover uma adequada retaguarda fiscal para fazer face aos dispêndios da administração pública direta e indireta.

A insistência desmedida nas políticas monetaristas de 'estabilização' cuja expressão última, recentemente no Brasil, é a 'unicidade orçamentária' tal como tem sido executada, gera uma tendência a profundas desarticulações da estrutura do desenvolvimento econômico e social.” (Braga, 1998c, p. 244- 245).

Ainda sobre economia brasileira uma breve menção a um trabalho sobre política econômica. Denominou-se “Os desequilíbrios financeiros e do balanço de pagamentos: uma reflexão sobre políticas de estabilização no Brasil” (mimeo FUNDAP – UNICAMP, 1982) tendo sido apresentado, em *New York*, em 1983, nos Estados Unidos, por ocasião de seminário comemorativo do centenário de nascimento de Sir John Maynard Keynes. Nesse trabalho detectava certa tendência nociva e ainda existente hoje:

“A insistência nas políticas de estabilização pode significar (...) tendência a profundas desarticulações da estrutura de crescimento dando origem, no limite, a uma senda que poderia ser identificada como a de ‘declining industrial countries’, termo recém-criado nos foros internacionais que debatem a crise capitalista deste final de século e a concorrência inter-capitais e inter-nações que dela tem decorrido. Não deixa de ser irônico, em nome da estabilidade, acenar-se, de fato, com semelhante horizonte para um país tão recentemente industrializado.” (Braga, 1982a, p. 51).

Uma curiosidade e privilégio é que naquele seminário pude assistir às exposições de James Tobin, John K. Galbraith, Dudley Dillard, Robert Boyer e John Eatwell dentre outros.

Percorrido esse caminho, voltei ao que era meu projeto inicial em teoria econômica. Nos anos 1980, retomei a temática da dinâmica capitalista que havia trabalhado na ESCOLATINA e que compusera meu projeto inicial de Mestrado.

Em resumo era a seguinte: há no capitalismo uma **dominância financeira** compreensível por uma abordagem lógico-histórica de sua dinâmica . Essa dominância – uma determinada **qualidade** que prepondera na estrutura– não se restringe ao padrão de capital financeiro tal como já era conhecido no início do século XX.

À época a dinâmica capitalista era interpretada, sobretudo pelo ângulo do “capital industrial” – produtivo, em função – que tinha diante de si o capital monetário a cobrar-lhe juros e a acertar pagamentos que significavam um risco a ser considerado. A partir daí era como se o movimento se desse meramente no “campo” da produção e distribuição de mercadorias. A rigor faltava partir do capital financeiro de Hilferding e ver como historicamente o próprio capital produtivo incorporara feições rentistas também, e, como todo o sistema e atores embarcavam na financeirização. Formulei o problema a partir da inspiração em Minsky sobre a instabilidade financeira e desde logo como um amadurecimento de todo o debate sobre capital financeiro feito em nossa Escola na Unicamp. A tese não se assemelhava à idéia de globalização financeira –Aglietta & Brender, surgida em 1990– sendo essa, na verdade, apenas uma das características da financeirização. Nem à de mundialização do capital –Chesnais publicada em 1994 – autor que, nesse momento, ainda não havia formulado a idéia da dominância financeira propriamente dita, vindo mundialização a ser quase que um “sinônimo de esquerda” para a temida palavra globalização e seu ranço (sic!) ideológico. Chesnais, mais à frente, veio, ao lado de muitos franceses, tratar de *régime d’accumulation mondialisé à dominante financière*, traduzido no Brasil justamente por dominância financeira, a partir de meu texto conforme o próprio tradutor o assinalou³.

Considerando que orientaram minhas pesquisas seguintes citam-se algumas passagens que sintetizam as idéias expostas nesse texto, de 20 anos atrás, em que estão compreendidos processos de longa duração e ainda em curso no capitalismo:

“Uma vez que a concorrência, entretanto, não está simplesmente eliminada, a sua presença no movimento contraditório, significa que os capitais centralizados enfrentam-se consubstanciados como capital em geral. Isto é, a concorrência, neste estágio, impõe aos capitais uma dinâmica típica de capital financeiro. A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira, o que

3 Ver nota 4 da competente tradução feita por Alvaro A. Comin do texto de F. Chesnais publicado na Revista Novos Estudos - CEBRAP n. 52, novembro de 1998, p. 17-20. “A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira”. Diz Comin: “Optamos por esta tradução porque formulação semelhante já aparece na literatura especializada. Ver Braga, J.C.S. *Temporalidade da Riqueza (Uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista)*, tese de doutoramento, IE-Unicamp, 1985”.

significa dizer – entre outras coisas – que os capitais centralizados comandam simultaneamente ativos de diversa natureza – dos aparatos produtivos aos ativos financeiros. Não se trata mais apenas de que os capitais utilizem-se da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização. Agora, a circulação financeira é um campo relativamente autônomo de valorização. Os capitais buscam valorizar-se simultaneamente através do processo renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização. A autonomia e a simultaneidade mencionadas ... permitem afirmar a dominância financeira nessa estrutura”. (Braga, 1985, p. 374).

Como mudaram as decisões de investimento e de gestão da riqueza?

“Os capitais, que conglomeram unidades produtivas e financeiras, formam conjuntamente, a partir de suas ‘micro-estratégias’ de valorização do capital próprio, uma macro-estrutura financeira. Esta encontra-se marcada pelo componente incerteza próprio dos mercados capitalistas, uma vez que os movimentos destes são resultado do cálculo, expectativas e concorrência a que se lançam os capitais líderes.

É da própria natureza destes a atividade especulativa pela qual buscam, seja por aplicações em seu setor de origem, seja em outros setores, um incremento em seu valor. Neste sentido, cada massa de capital em particular não é solidária absolutamente (estática) nas suas alocações setoriais; move-se, isso sim, na direção de apropriar-se de ativos reais e financeiros que lhe assegurem, no tempo, uma valorização crescente. O grau especulativo variará entre os diversos capitais centralizados segundo as condições ‘locais’ correspondentes de lucratividade e segundo (o ambiente) macroeconômico; porém, todos se dirigem inexoravelmente para mover seu capital especulativamente, ainda que mantendo parte de suas bases industriais prioritárias.” (Braga, 1985, p. 375).

Nessa dinâmica a centralização financeira de capital altera-se, passa a ter um novo *modus operandi*:

“Ademais, a centralização financeira, antes característica dos momentos de crise, passa a ser elemento estratégico da própria expansão conduzida pelos capitais líderes. Esse movimento de centralização, na expansão, está relacionado com a dominância

financeira que implica, por parte dos capitais centralizados, operações nos mercados financeiros visando o controle acionário de empresas, em meio à estratégia de formação de uma taxa de lucro financeiro. Aquelas operações que redundam em centralização de capitais se verificam num momento em que empresas com práticas financeiras especulativas absorvem empresas conservadoras financeiramente pelo fato de poderem conjuntamente ampliar o endividamento para a expansão do grupo de capital associado”.

“O próprio papel que as finanças capitalistas exercem na expansão gesta elementos fundamentais que produzem um tipo de instabilidade desestruturante que conduz a uma crise de reprodução.” (Braga, 1985, p. 379-380, 386).

Na verdade, podem conduzir a uma crise de reprodução, isto é, a uma grande crise, mas, não necessariamente isso ocorre. Logo, era preciso qualificar melhor, o que vim a fazer nos trabalhos posteriores. Mas, além disso, havia uma questão em Keynes, *planteada* por Shackle, que eu julgava crucial e, assim, me posicionei:

“Começamos esta reflexão por uma significativa passagem de Keynes onde está posto o problema da reversão dinâmica:

“Os últimos estágios do boom são caracterizados por expectativas otimistas quanto aos rendimentos futuros de bens de capital em magnitude suficiente para compensar a abundância crescente (ie, custo crescente na produção dos próprios bens de capital) e, provavelmente, bem como para compensar um crescimento na taxa de juros também. É da natureza dos mercados de investimentos organizados, sob a influência de compradores amplamente ignorantes acerca do que estão comprando e sob a influência da especulação, (é de sua natureza o fato de) que estão mais preocupados em prever a próxima mudança do sentimento do mercado do que com uma razoável estimativa dos rendimentos futuros dos bens de capital, ocorrendo que, quando a desilusão desaba sobre um mercado super-otimista e super-comprador, o declínio se verifique repentinamente e até com uma força catastrófica. Mais ainda, o desânimo e a incerteza, quanto ao futuro, que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital”.

Frente a isto o comentário de Shackle é importante – ‘Esta passagem, me parece, elide uma efetiva explicação das origens do colapso da escala da eficiência marginal do capital’.

A hipótese que assumo, inspirado em Minsky, porém ampliando a argumentação, é a de que as finanças capitalistas, nesta estrutura, produzem uma instabilidade autônoma que se mostrará desestruturante justamente por afetar a eficiência marginal do capital e provocar uma sucessão de eventos que conduzem à crise”.

“Ou seja, antes mesmo de uma queda da taxa de lucro corrente ou de uma queda da eficiência marginal do capital (retornos esperados sobre ativos produtivos) a instabilidade financeira pode reverter o processo de investimento.

Ao fazê-lo tem início a desaceleração da massa de lucros correntes que só faz sancionar negativamente as expectativas já afetadas pela instabilidade financeira. Portanto, a hipótese em torno da qual se argumenta é a de que a origem do declínio da eficiência marginal do capital está na instabilidade autônoma da macroestrutura financeira, instabilidade essa derivada do modo mesmo como foi financiada a expansão, e derivada também da tendência à igualação da taxa média de lucro financeiro, apropriada à dominância do capital financeiro e às formas de concorrência vigentes.” (Braga, 1985, p. 386-389).

Sustentei uma interpretação sobre dinâmica e formas de regulação como segue:

“A crise é também a crise das formas de regulação extra-mercado. É a crise das formas públicas de regulação que tiveram vigência na expansão pretérita. Sua eficácia dissolve-se na crise e assim as formas públicas tornam-se cúmplices da crise. É isto que fica demonstrado nos desequilíbrios fiscais, na aceleração das dívidas públicas, na inoperância das políticas monetárias e cambiais, no antagonismo entre as lógicas pública e privada (atuantes nas empresas estatais), na cumplicidade do Estado com a instabilidade financeira e cambial, na corrosão dos instrumentos administrativos. As formas públicas e privadas de negar a crise têm de ser uma novidade histórica.”

“Não há determinismo das leis gerais. As determinações oriundas do cálculo capitalista estão consideradas como complemento de determinações, alterando ritmo e perfil da dinâmica. Porém, elas não implicam controle do processo, pelos capitalistas, uma vez que se inscrevem na ordem que a dinâmica estrutural põe como tendência (as). Há instabilidade e oposição expansão/crise, abertas a

resoluções históricas cujo sentido e direção podem ser enunciados, como hipótese, desde uma compreensão lógico-histórica, em que interpenetram-se, teoricamente, as categorias e a observação do acontecer histórico.

Aquelas hipóteses correspondendo a uma compreensão teórica transitória do tempo histórico.

Não há pressuposição de mecanismos absolutos de reversão de uma fase da dinâmica para outra fase. As regulações econômicas imagináveis – quer pública, quer privadas – dissolvem-se nas crises e não há como reeditar o que valeu na expansão pretérita. O equilíbrio, a ciclicidade e uma dada forma estatal, são, por três razões distintas, regulações finitas, sem perpetuidade. A cada resolução histórica há que inovar estruturalmente.

Os desenvolvimentos da teoria da dinâmica capitalista compatíveis com as questões próprias desta temporalidade requerem uma abertura recorrente na configuração de seu objeto e no enriquecimento de seu método”.

“A temporalidade capitalista revela uma dinâmica em que suas crises agravam-se sucessivamente. Rege a imperfeição sincrônica e estrutural entre riqueza privada e riqueza social. O agravamento não necessariamente se expressa por uma profunda deterioração da produção, da renda e do emprego, como no passado, mas sim pelos elevados requisitos econômico-financeiros e político-institucionais necessários a uma verdadeira superação da crise. Isto é pela profundidade e extensão das transformações a que devem submeter-se a natureza e a dinâmica da riqueza.” (Braga, 1985, p. 394-395, 408-409).

2. As linhas de pesquisa e produção científica.

Explicito as linhas de trabalho após a tese de doutoramento. A exposição que se segue está organizada em três campos nos quais tenho pesquisado, determinados problemas nacionais, internacionais e teóricos. O primeiro refere-se ao desenvolvimento capitalista brasileiro, à política econômica e às políticas públicas. O segundo relaciona-se às mudanças da economia internacional – principalmente monetário-financeiras – desde as quatro últimas décadas do século XX ao presente. O terceiro corresponde ao âmbito teórico da dinâmica econômica capitalista.

2.1 Desenvolvimento capitalista brasileiro, política econômica e políticas públicas.

Considereei adequado abrir essa parte com um artigo cheio de metáforas musicais ainda que isso não seja usual face ao rigor acadêmico. Penso que estão ali muito das preocupações político-econômicas, muito da esperança e muito do caráter brasileiro. O artigo que publiquei em 1992 denominou-se – “*O espírito da bossa nova na economia nacional*” – e corria assim:

" 'A bossa nova é a trilha sonora do Brasil que deu certo'. Este 'achado' do jornalista e escritor Ruy Castro, em comentários sobre seu livro 'Chega de Saudade', dá o que pensar sobre a situação nacional e o debate no Brasil de hoje. Já houve tempo em que o País deu certo."

"Mas afinal, qual o País que queremos? ..."

"O espírito da bossa nova é a inovação. Mudança atingindo a base rítmica, a batida do violão, a medida da voz, os acordes, a melodia, a divisão das frases musicais. O jeito bossa nova de fazer música revolucionou tanto que de adjetivo passou a substantivo: bossa nova."

"Os programas econômicos de estabilização – quer ortodoxos quer heterodoxos – passaram a ser o nome, disfarce, dado à prática pública e privada de adiar a extinção da bossa antiga. Isto é, adiar a desconcentração de poder, de renda e de riqueza. Protelar a transformação no governo, nos partidos, nas empresas, nos sindicatos, nos bancos, nas universidades. Manter as velhas formas na estrutura agrária, no crédito, no patrimônio, na dívida externa, na tecnologia, no processo de trabalho, na estrutura salarial, nos tributos. Para legitimar essa prática, invoca-se tanto o mercado, num momento, quanto, noutro, o iluminismo (e o voluntarismo) tecnocrático. Em nome de primeiro estabilizar, abdica-se de debater e definir qual o país que queremos e, portanto que tipo de desenvolvimento tem-se que buscar... é a farsa com que se encobre a ausência de inovação econômica, social e política. Com o que, se mantêm as velhas formas que são determinantes do próprio fracasso das políticas econômicas de estabilização.

Um programa de estabilização, na condição brasileira atual, requer definição simultânea dos rumos do desenvolvimento. Chega de

saúde de um programa econômico que defina a sincronização lógica das medidas de estabilização com uma estratégia de crescimento. Não quer dizer que tudo deva ocorrer no mesmo ponto do tempo, mas que, apenas assim são forjadas expectativas, de curto e de longo prazos, compatibilizadoras de estabilidade e desenvolvimento. Acabar com a desafinação entre Estado e mercado, num programa econômico deste tipo requer, ademais daquela sincronização, um avançado grau de coordenação política por parte do governo.

A trajetória da bossa nova é lisonjeira e sugestiva quanto à esperança para a trajetória futura do próprio Brasil. O espírito da bossa nova criou o amor, o sorriso e a flor quando navegar de barquinho era tranquilo. Gerou *Opinião*, o show, quando a flor tinha de ser armada e Nara Leão cantava – 'podem me prender, podem me bater/ Podem até, deixar-me sem comer que eu não mudo de opinião'. Foi para o mundo e alcançou o insólito quando Tom Jobim ensinou a Frank Sinatra a exata medida da voz. Inserção internacional com estilo. É um espírito para muita história, e que tomara contamine o país como na poesia de Vinicius de Moraes – 'A bossa nova voltou mais uma vez para ficar por toda a vida'." (Braga, 1992b).

Bossa na pauta considere-se em que circunstâncias e o quê pude produzir sobre o Brasil nesse período após 1985. Para efeito de referência cronológica, relembro que, em 1985, quando defendi a tese de doutoramento, estávamos em Brasília com os colegas da Unicamp no Ministério da Fazenda, sob o comando do Ministro Dílson Funaro de quem João Manuel Cardoso de Mello era Assessor Especial, ou melhor, o vice-ministro na prática, afirmação essa com que ele possivelmente não concordará. Trabalhei, no segundo semestre de 1985, como coordenador da área de Indústria e Conjuntura, da Secretaria de Assuntos Econômicos do MF, conduzida por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. De fevereiro de 1986 até 27 de abril de 1987, vigência do Plano Cruzado, fui o Secretário Especial de Abastecimento e Preços. Nessas posições no interior da burocracia pública pudemos todos verificar os tipos de interesses que se moviam e se movem, por dentro do Estado, e compreender melhor os limites à conformação da política econômica.

Em 1987, logo na seqüência ao meu desembarque (e dos colegas do “bloco histórico”) da avariada “nave governamental federal”, escrevi três textos para as conferências sobre economia brasileira que daria em Paris, França, na *École des*

Hautes Études en Sciences Sociales, no ano de 1988. Esses ensaios se inscreviam na tentativa de aplicar ao Brasil a análise de dinâmica econômica que estava na tese de doutoramento, especificamente discutindo, do ângulo monetário-financeiro, as características problemáticas do capitalismo tardio brasileiro, num capitalismo mundial que não era mais o mesmo das décadas posteriores à Segunda Guerra até meados dos 1970. Os referidos textos surgiram, em boa parte, impulsionados pelas questões reveladas na frustrada tentativa de mudanças efetuada no governo central, tal qual mencionado acima.

Três textos que tratavam da instabilidade financeira estrutural do capitalismo brasileiro, das relações entre dívida externa e “crise fiscal”, e da inflação elevada que caracterizou os anos 1980. Foram publicados em francês no *Cahiers du Bresil Contemporain* e em português com o título de “*Questões sobre a crise do Capitalismo Tardio*”, pela Fundap/IESP, ambas versões, em 1988, conforme consta do memorial descritivo.

No primeiro trabalho dos três, intitulado - A instabilidade estrutural no capitalismo brasileiro – mencionava:

“...nos interessa demonstrar como as dificuldades dos anos 80 – além das determinações conjunturais – têm raízes estruturais relacionadas com a própria forma de constituição do ‘capitalismo industrial’ brasileiro a partir dos anos 50.” (Braga, 1988a, p. 8).

Procurei reconsiderar quais as finanças com que o Brasil se movia:

“Na verdade, a última expansão – 1968 a 1974/76 – sustentou-se, em última análise, no endividamento externo, propiciado pela intensa liquidez da conjuntura internacional. Isso facilitou o ‘esquecimento’ doméstico de que à industrialização avançada devem corresponder finanças avançadas. Não foi possível consolidar finanças internas sustentadoras do risco do investimento de longo prazo. Sobreendividamo-nos externamente e ficamos à mercê das finanças internacionais. Quando os choques de juros apareceram, nosso barco começou a desgovernar-se. Nossa ‘equação financeira’ nos dava baixíssimos graus de liberdade e de autonomia interna diante da crise internacional, especialmente considerando a estatização da dívida. As finanças públicas – em sentido amplo – foram comprometidas. O

Estado brasileiro está tomado por uma crise fiscal e uma crise financeira, que se entrelaçam.”

“As improvisações financeiras, no Brasil, hoje como na crise dos 60, mostram sua determinação fundamental no sentido de instabilizar, mesmo inviabilizar o crescimento sustentado e estável. Em outros termos é a própria industrialização que padece dessa não-resolução estrutural. Seu processo tem implicado uma contradição permanente entre o grau de desenvolvimento industrial e o grau de desenvolvimento financeiro.” (Braga, 1988a, p. 9-10).

Analisei, em cores exageradas, reconheço hoje, a estagnação relativa que se instaurava e sua armadilha financeira:

“Assim, nesse quadro, os problemas de realização dinâmica da acumulação de capital instauram, ao lado das instabilidades financeiras, nacional e internacional, uma trajetória de estagnação. A incerteza que domina os investimentos produtivos torna recorrentes, com o passar do tempo, os problemas de demanda efetiva. Os efêmeros 'picos' de consumo, de exportação e de acumulação de estoques revelam-se incapazes de fortalecer decisões de investir na ampliação de capacidade produtiva. A taxa de crescimento do PIB é altamente oscilante – no curso de uma tendência fortemente descendente”. (Braga, 1988a, 12-13).

Contra o entendimento de que o déficit público era o grande mal, ponderei:

“Os componentes financeiro e fiscal da crise das finanças públicas são, enfim, um produto da crise. Eles mostram que a profundidade dessa crise destrói o padrão de articulação econômico-financeira entre o setor público e o setor privado, que teve vigência e funcionalidade nos 'bons tempos'. Daí a pobreza ideológica, analítica, e mais, a malícia enganosa, de atribuir ao Estado – como se este fosse uma entidade abstrata, um 'deus ex-machina' – a exclusiva responsabilidade pelas perversidades que fomentam a crise.” (Braga, 1988a, p.13).

O segundo texto desse conjunto estava relacionado ao problema fiscal brasileiro. Argumentava que a dívida externa era um determinante do problema fiscal, e não o contrário, para estabelecer como o problema vinha do balanço de pagamentos para o Tesouro e não ao revés. Esse tópico, aliás, guardadas as diferenças conjunturais, persiste nos anos iniciais deste século XXI. Aliás, um de seus aspectos é a mendicância tecnocrática brasileira junto ao FMI para que exclua os investimentos das estatais do cálculo fiscal do superávit. No segundo artigo – “*A crise da dívida externa e a ‘crise fiscal’*” – perguntei:

“Que ‘crise fiscal’ é essa? Ela não é oriunda de uma aceleração dos gastos produtivos do Estado”.

“A natureza do problema fiscal no Brasil indica que a solução depende da constituição de novas formas de financiamento para a economia como um todo. Isto é, os fluxos externos de crédito precisam ser restaurados. Mas não podemos depender unicamente deles; logo, uma dívida pública interna com prazos maiores e custos menores deve ser estruturada.”

“Em países devedores, como o Brasil, a questão fiscal, embora fortemente determinada pela dívida externa, oferece maior grau de liberdade para uma ação interna autônoma. Os governos poderiam romper com privilégios internos que são o análogo da volúpia cobradora dos credores externos.” (Braga, 1988b, p.27-28).

No terceiro artigo – “*Inflação e controle de preços no Brasil*” – o encaminhamento da argumentação sobre o Plano Cruzado – afirmei o seguinte:

Preços e Redistribuição

“No começo de 1986 o Governo parecia ter perdido o controle do processo inflacionário e as expectativas eram de hiperinflação. Em 28 de fevereiro, a política econômica brasileira sofre uma mudança intensamente inovadora. Antes de 1986 se sucederam experiências ortodoxas de combate à inflação. Agora, era lançada uma política de

estabilização de estilo heterodoxo cujos pontos centrais, indicados a seguir, implicavam um golpe imediato na taxa de inflação:

- criava-se uma nova moeda – o cruzado.
- congelavam-se todos os preços da economia. A taxa de câmbio ficaria fixa, porém, a critério do Banco Central, poderia ser alterada”.

“O resultado imediato é também conhecido: a inflação despencou e permaneceu em torno de 1% ao mês até novembro de 1986, o salário real e a massa salarial cresceram, o consumo explodiu. A população estava eufórica, a sensação de que a cidadania renascia tomou conta do País. A população fazia as pazes com o Governo e acreditava que o partido político que encarnava a transição para a democracia – o PMDB – faria o que prometera.” (Braga, 1988c, p.18)

Reformas? E os interesses?

“A crise econômica, em processo desde meados dos anos 70, é de uma complexidade inédita na história econômica brasileira. Diante dela, o Plano Cruzado em si não poderia ser mais do que uma abertura – um intróito – para o desenvolvimento de um conjunto de reformas econômicas. Entretanto, os seus resultados imediatos e a conjuntura política acabaram por imputar-lhe um conteúdo mágico. A verdade é que ele havia tido êxito unicamente no seguinte: quebrou as expectativas inflacionárias, exterminou a indexação realimentadora da subida dos preços, gerou um quadro de curto prazo estável para a formação dos preços na nova moeda”.

“É preciso considerar duas dimensões para compreendermos a transição do sucesso para o desastre. Em primeiro lugar, o congelamento de preços transformou-se num dogma e com isso imobilizou a administração da política econômica de curto prazo. Em segundo lugar, o conjunto de reformas econômicas que deveria seguir-se ao Plano foi sendo derrotado pelos interesses constituídos ao longo do regime autoritário e que permanecem intocados até o presente estágio da transição democrática brasileira.”

“O ágio começou a ser cobrado na venda desses insumos, pressionando os custos industriais na produção de bens de consumo e bens de capital. As indústrias, por sua vez, pressionavam as cadeias comerciais encurtando-lhes as margens de comercialização. No final de 1986, o Governo mantinha vigente o decreto do

congelamento mas a situação empresarial já era de 'desobediência civil'.

“É óbvio que vários segmentos empresariais se valeram do congelamento prolongado para agir contra o Plano, mesmo quando seus custos estavam razoáveis. Um exemplo é a enorme quantidade de 'novos produtos' que surgiram, uma vez que assim eles poderiam praticar um 'preço novo', acima do congelado. A *maquiagem* de produtos – pequenas modificações superficiais – aparecia como 'inovação' para burlar o congelamento. A indústria de eletrodomésticos notabilizou-se por essa prática.

Imobilizado na política de preços, o Governo usava de isenções fiscais – principalmente do imposto de importação – para atenuar os setores com maiores problemas de custos. Essa ação era claramente insuficiente para contornar os problemas decorrentes da rigidez na política de preços. O Banco Central, entendendo que a demanda aquecida e as expectativas diante do descongelamento levariam a uma especulação com estoques, começou a elevar a taxa real de juros no início do segundo semestre. Com isso, os custos financeiros para capital de giro subiram e inviabilizaram ainda mais os preços congelados.

Os exportadores começaram a atrasar o fechamento de câmbio, na expectativa – e evidentemente numa atitude (implícita) de pressão – de uma desvalorização da taxa de câmbio. Logo a balança comercial começou a registrar reduções nos seus saldos, sinalizando problemas para cumprir futuramente o pagamento do serviço da dívida. As reservas internacionais do Brasil declinavam. Pelo conceito de caixa, caíram 52%, entre julho e dezembro, e em 41% pelo conceito de liquidez. Em outubro, o Banco Central retornou à prática de minidesvalorizações da taxa de câmbio. Evidentemente, subindo os custos de importação nada mais faltava para tornar o congelamento de preços simples retórica.

Como vimos, a partir da rigidez na política de preços, a administração do curto prazo tornou-se inviável, uma vez que a situação cambial se tornou crítica e as políticas monetária, fiscal e cambial utilizadas explicitavam a inconsistência do congelamento de preços, recolocando na prática o velho processo inflacionário.”

“Assim, a moratória da dívida externa deixou de acontecer no momento adequado: quando, por volta de julho, as reservas internacionais eram elevadas, quando o apoio popular ao Governo era inquestionável. Naquele momento, tal instrumento de negociação ante os credores contaria com um respaldo interno que posteriormente não teve.

A reestruturação das finanças públicas não avançou. Apenas uma medida tópica: a criação das letras do Banco Central – as LBC –, que passaram a girar a dívida pública a um custo mais baixo, ao se constituírem no instrumento de regulação de liquidez sem vinculação obrigatória ao índice de preços. Mas a complexidade da dívida pública exigia um processo mais intenso na sua desvalorização e na criação de títulos financeiros que mudassem o perfil temporal, alongando os prazos.

As mudanças fiscais, impondo um sistema inovador quanto à justiça social da carga tributária, à redução da omissão fiscal sobre setores proprietários e à melhoria da funcionalidade dos impostos para o desenvolvimento, tampouco foram implantadas. Uma organização financeira mais articulada dos investimentos das empresas estatais não ocorreu. A tentativa de fazê-la através de uma ‘holding’ das estatais não frutificou, dados os interesses destas em permanecer como unidade autônomas. A estrutura bancária privada racionalizou seus custos para enfrentar o fim da indexação, entretanto não se verificou uma reestruturação visando a sua participação nos financiamentos de longo prazo.” (Braga, 1988c, p. 19-21).

Tendo deixado o governo, em 1988/89 realizei meu pós-doutorado, na *University of California, Berkeley*, sob a supervisão do professor *Albert Fishlow*. Meu plano de pesquisa foi dedicado ao aprofundamento teórico e empírico da tese de doutoramento, localizando-se, portanto, nos campos da economia internacional e da teoria econômica. A isso me referirei mais adiante.

Observo antes de chegar a esses tópicos que, nos Estados Unidos, efetuei conferências e participei de seminários relativos aos temas brasileiros que estou a comentar nesta parte. Como sabido, àquela época, os Centros de Estudos Latino-americanos ainda desfrutavam de grande interesse dentre os *scholars* e estudantes americanos, ainda que não mais com o entusiasmo dos anos 1970.

Em *Berkeley, University of California*, em curso do Professor Fishlow, no *PhD Programm*, apresentei seminário sobre os problemas da estabilidade e do crescimento brasileiros tal como os compreendia, naquele momento, ou seja, o controle do processo inflacionário deveria vir junto com a dinamização do sistema financeiro doméstico e com a ampliação dos investimentos públicos e privados. Naquela oportunidade, fiz uma apresentação geral de como se esboçava um plano de pesquisas para enfrentar e buscar soluções àquele problema brasileiro.⁴

Na Stanford University, maio de 1989, no âmbito Latin American Studies, fiz conferência intitulada *The new brazilian economic plan – (sobre o Plano Bresser)*. Em San Francisco, apresentei conferência com título tipicamente americano pelo qual não fui responsável ainda que do tema não tenha tido como escapar: *Post-Mortem on the Cruzado Plan : what went wrong?* Foi em outubro de 1988, na *Brazil Society of Northern California*.

Na *Princeton University, New Jersey*, no *Program in Latin American Studies*, em 5 de Janeiro de 1989, tratei do tema: *Economic policies in Brazil during the 1980's*. Para minha honra e moderado nervosismo – ex-post –, vim a saber que Albert Hirschman esteve presente à conferência, com quem, naquela mesma noite, pude manter animada conversa sobre o Brasil.

Esses três últimos eventos foram dedicados às inquietações e esperanças relativas à possibilidade do Brasil encontrar um formato de política econômica, financeira, industrial, social que possibilitasse sair do regime de alta inflação e estagnação econômica relativa em que se encontrava. Causava perplexidade o fato de que variados perfis de política econômica – tanto ortodoxos quanto heterodoxos – vinham sendo derrotados. Isso já era sinal de que problemas mais complexos atingiam o Brasil.

Deixando de lado, por ora, a estada em Berkeley, destaco que a evolução de meu trabalho em economia brasileira entrelaça-se com minha atuação profissional na Fundap, razão pela qual devo tratar, agora, da evolução da área de pesquisas econômicas naquela Fundação. Essa área teve início, na década de 1970, quando Pedro Celidônio era Diretor Executivo da instituição e Luiz Gonzaga Belluzzo era o Diretor de Pesquisas. Sua ampliação ocorreu, em 1985, com a criação do IESP – Instituto de Economia do Setor Público – com participação decisiva de Frederico Mazzucchelli.

Em 1990, ao assumir a Direção geral do Instituto de Estudos de Economia do Setor Público –IESP da Fundap – pude aprofundar minha

4 Foi um seminário informal, ainda que bastante concorrido, sobre o qual não tenho detalhes de título e data precisa. Foi no primeiro semestre de 1988, com a presença do professor Fishlow. Dentre os alunos brasileiros estavam Gesner de Oliveira Filho, Daniel Gleizer, Afonso Bevilacqua, Demóstenes Pinho, Paulo Levy. Certamente, não por minha influência, vários deles vieram a servir o governo federal na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

compreensão da economia brasileira e publicar alguns trabalhos sobre o tema. Além das tarefas institucionais exerci a concepção, orientação e supervisão científica de um conjunto de atividades intelectuais pelo período em que exerci o cargo: de abril de 1990 a fevereiro de 1995.

As seguintes áreas de pesquisa compunham o instituto: Estudos Fiscais; Políticas Monetária e Financeira; Políticas Sociais; Empresas Estatais; Economia Política do Setor Público; Análise Macroeconômica. Costumava dirigir reuniões por área, bem como com o conjunto dos coordenadores e consultores para debater as pesquisas em andamento. O programa de trabalho incluía também reuniões periódicas várias em que debatíamos questões nacionais e internacionais e definíamos as publicações do instituto.

Organizou-se a linha de publicações do modo que segue :

1- Gestão Estatal no Brasil – publicação com análises das políticas fiscal, monetária e cambial e ainda do chamado setor produtivo estatal composto pelas empresas;

2- Estratégia e Gestão da Política Social no Brasil – exame da intervenção do setor público na área social dedicado tanto às estratégias quanto às formas de gestão nos diferentes setores e níveis de governo;

3- Textos para Discussão – ensaios dos pesquisadores e consultores do IESP acerca dos temas da agenda de pesquisa;

4- Relatório de Pesquisa – apresentação dos resultados nas diferentes linhas de pesquisa;

5- Indicadores IESP – que teve seu número zero em agosto de 1991 caracterizando-se por apresentar, mensalmente, um conjunto de indicadores sistematizados e atualizados sobre a economia brasileira com ênfase no setor público. A partir de maio de 1993 passou a conter textos analíticos e uma seção denominada Ponto de Vista que era redigida por um membro da equipe ou um

convidado. Era efetuado um lançamento aberto ao público e com a presença da imprensa. O número 100 foi atingido no segundo semestre de 2004.

Durante minha permanência na Direção foram publicados dois números da primeira linha editorial antes mencionada:

1- *“Gestão Estatal no Brasil: A cumplicidade inflacionária ameaçada”*. Editado em 1991, teve a coordenação de José Geraldo Portugal Júnior, discutindo-se ali os aspectos públicos e privados de um processo de alta inflação e que dava sinais de esgotamento político-econômico.

2 - *“Gestão Estatal no Brasil : Governo Collor”*. Em 1994, ocorreu a publicação desse trabalho que contou com uma tripla coordenação: José Geraldo Portugal Júnior, Cristian Andrei, Fernando de Arruda Sampaio. Tratava-se de fazer um balanço de mais uma tentativa frustrada de superação da corrida inflacionária.

Na linha de Textos para Discussão publicaram-se 25 sobre variados tópicos, 37 edições dos Indicadores foram lançadas. Pesquisas que estavam em curso assim como temas de seminários nacionais e internacionais realizados foram publicados posteriormente:

- *“Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros: Um Estudo Comparado”*. Editado em 1998, organizado por Marcos Antonio Macedo Cintra e Maria Cristina Penido de Freitas. Nesse livro está “Produtivismo e especulação na gestão da riqueza. Um estudo sobre Estados Unidos, Japão e Alemanha”, de minha autoria;
- *“Infra-estrutura econômica e desenvolvimento”*. Editado em 1996 por mim, José Eduardo Pessini e Carlos Eduardo de Souza e Silva;
- *“Regulação Econômica e Globalização”*. Editado, em 1998, pela Fundap e Instituto de Economia da Unicamp e organizado por Bruno Théret e por mim, a partir de seminário internacional com

diferentes autores da escola francesa da Regulação: Michel Aglietta, Robert Boyer, Mario Dehove, Heri Nadel, Eve Caroli, Jaime Marques-Pereira, Bruno Amable, Jacques Mazier e outros.

Nesse trabalho, como dizia acima, aprofundi análises sobre a realidade brasileira e atuei para avanços institucionais que se difundiram tanto na Fundap quanto no Instituto de Economia da Unicamp e em outras instituições de pesquisa.

Após gradativo declínio iniciado na segunda metade dos anos 1990, o IESP já não mais existe. Veio a ser mais uma demonstração da fragilidade das instituições no Brasil uma vez que a produção de conhecimento, registrada em livros, periódicos, seminários, de reconhecimento nacional e até mesmo internacional, não permitiria esse destino, ao contrário, recomendaria a continuidade e expansão daquele Instituto. Em 2004 há uma restrita “área técnica” com equipe bastante reduzida ainda que composta por colegas de grande competência. Deve permanecer, contudo, a esperança de seu renascimento noutra conjuntura política.

Retorno, agora, a comentários sobre os trabalhos que redigi, no campo da economia brasileira e das políticas públicas, no contexto dos anos 1990 e a partir de 2000.

Considero que é pertinente salientar uma contribuição que posso ter feito ao debate sobre estabilização inflacionária e retomada do desenvolvimento. Como se sabe, desde a primeira metade daquela década, o objetivo do pensamento crítico nacional é buscar a combinação dessas soluções. Ao trabalhar na interpretação de alguns aspectos dessa problemática, pareceu-me que a idéia de **finanças industrializantes** dava conta em boa medida de um aspecto importante. Vejamos o desencadeamento.

No ano de 1992, foi publicado pelo IEDI – Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial – o trabalho “*Finanças industrializantes para a estabilização e o desenvolvimento*” cujo objetivo era:

“... analisar a importância crítica da noção de finanças industrializantes no processo de estabilização, entendendo-se por

finanças industrializantes a sinergia, orgânica e dinâmica, entre os sistemas financeiro e industrial...” (Braga, 1992a, p.1).

Enfatiza-se o fato de que o Brasil é um capitalismo sem finanças industrializantes e sem padrão monetário.

Desarticulação

“Na industrialização brasileira não se constituiu nem um sistema baseado no crédito privado, nem um sistema baseado no mercado de capitais. Os bancos públicos de fomento e desenvolvimento tiveram esquemas financeiros provisórios que só funcionaram em conjunturas expansivas, em geral apoiados em fontes fiscais e para-fiscais. A partir da década de 70, com o endividamento externo, sem contrapartida de finanças industrializantes ficou manifesta a precariedade do sistema de financiamento nacional o que culminou numa Desarticulação Financeira Estrutural, expressa na crise aberta a partir dos anos 80.

Nestas condições, a constituição de um novo padrão monetário deve ser o resultado de um processo e não a efêmera validade de uma suposta 'nova moeda', precariamente ancorada em congelamentos de preços ou controles artificiais sobre a formação de preços públicos e privados, ou até mesmo em algum expediente de dolarização. Tampouco uma reforma fiscal em si mesma seria suficiente.” (Braga, 1992a, p.29).

Finanças e Organização Capitalista

“O processo de constituição de finanças industrializantes não pode ser apenas a Reforma do Sistema Financeiro, entendida como mudança organizacional e funcional das empresas financeiras e do sistema bancário. A Reforma das Finanças da Economia envolve não só essa mudança como, também, novas articulações empresariais entre bancos e indústrias, estimuladas por mecanismos fiscais e creditícios, novas modalidades de financiamento público e privado, interno e externo, interação entre o plano financeiro e o técnico-econômico, em geral, e no interior dos Grupos Econômicos. Como resultado deve-se obter a substancial redução do custo de capital,

para níveis análogos aos dos países desenvolvidos, com o que se viabiliza crescimento com estabilidade.

A estratégia proposta neste trabalho implica uma articulação dos setores públicos e privado pelo Desenvolvimento com Reestruturação sob uma Política de Estabilização.” (Braga, 1992a, p.29).

A Questão Fiscal e a Economia

“Cabe enfatizar que a reforma das Finanças Públicas é a 'pièce de resistance' do desenvolvimento com estabilização e equidade social. O desequilíbrio das finanças públicas, expresso no deficit, é a resultante social do dismantelamento da relação Estado/Mercado, da inexistência de uma estrutura de financiamento para a Economia, da falência do padrão monetário, da exclusão do País do dinamismo e do financiamento internacionais. A questão fiscal não pode ser enfrentada apenas por uma solução particular – uma reforma tributária isolada, por exemplo – mas sim em articulação com uma estratégia para os problemas a que se encontra associada. A ‘crise fiscal’ só se soluciona através de medidas integrantes de uma estratégia de reestruturação das **Finanças da Economia**.

Enfim, finanças industrializantes e expectativas empresariais pelo investimento produtivo, de um lado, e estabilidade monetária, de outro, são faces da mesma moeda e se reforçam mutuamente.” (Braga, 1992a, p.30).

Esse trabalho teve repercussão entre economistas, jornalistas e ambientes vinculados com o tema do financiamento. Participei de seminário da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, de conferências em universidades, de entrevistas, escrevi artigos em jornais e revistas.

À revista Economia – Ensaios, declarei:

“Em síntese, o processo de finanças industrializantes é uma armação financeira, fiscal e entre as empresas da economia, da relação entre elas, quer sejam financeiras ou não – que permite um processo sustentado e menos instável de crescimento e de inovação tecnológica.”

“As finanças industrializantes ajudam a baixar essa taxa de juros, ajudam a estabilizar a política cambial, de tal modo que acabam sendo pré-requisito para a estabilização e para o desenvolvimento.” (Braga, 1993b, p.75).

No artigo “*É melhor seguir o que deu certo*” na revista *Exame* sintetizei:

“A estabilização só é alcançada no processo de articulação entre a moeda, o crédito, o investimento produtivo e o patrimônio.” (Braga, 1992c, p.114).

A frase acima se sustenta até hoje considerando que baixa inflação não é sinônimo de estabilização, pois se o fosse por que tantas idas ao FMI ?

Nos *Indicadores IESP – Fundap* publiquei: “*A âncora da moeda é o dinamismo industrial*”. (Braga, 1993d, p. 5).

Em dezembro de 1990, no boletim de conjuntura do Corecon sob o título de “*Inflação e reversão estrutural no capitalismo brasileiro*” escrevi com a atenção insistente acerca das fragilidades monetária, financeira e cambial.

Em trabalho para a Asbace- Associação dos Bancos Públicos Estaduais – tratei das inovações financeiras internacionais que estavam a explodir e que ainda eram pouco discutidas no Brasil. Alertava para a importância de usá-las para fins de desenvolvimento dentro de uma determinada estratégia. Jamais de maneira submissa aos movimentos especulativos internacionalizados como veio a ocorrer nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Até quando?

Sobre a inserção de tipo liberal que se iniciava com o eleito Presidente Collor já havia afirmado:

“Quanto aos recursos externos, excetuando-se os de curto prazo do tipo *smart capital* com fins especulativos, nada garante o seu afluxo como força autônoma para a estabilização e a recuperação

econômicas. A política é claramente baseada no ‘Consenso de Washington’, na verdade o consenso dos credores de visão estreita: rígidas políticas de estabilização com recessão de duração prolongada, busca de superávits fiscais e comerciais destináveis ao pagamento das dívidas, inserção internacional de cunho apenas mercantil – abertura econômica já – e postergação do reordenamento do desenvolvimento.” (Braga, 1992d, p. 38)

É notório, no momento em que escrevo, que apesar da correção de todas essas críticas elas, como tantas outras, subestimaram o poder de combate à inflação decorrente da combinação de arrocho fiscal e monetário, abertura comercial e financeira da economia, freio ao crescimento do PIB. Entretanto, é verdade que desde tais argumentos é possível entender porque trocamos inflação alta por juros altos e nos enredamos num “modelo” de baixa inflação, mas também de baixo crescimento. O incômodo com a excessiva ênfase em programas de estabilização vem nos perseguindo há tempos. Recordo que em junho de 1982 publiquei na Folha de São Paulo: “*O esgotamento das políticas de estabilização.*” (Braga, 1982b). Tinha razão quanto ao esgotamento no sentido de que daríamos “adeus desenvolvimento” com essas práticas. Porém, estava equivocado quanto à persistência dos reacionários e conservadores em, mesmo às custas do “progresso”, buscar um certo tipo de combate à inflação.

Em outubro de 1993 elaborei “Estabilização requer plano **multi metas**” publicado no *Indicadores*, n. 21 (Braga, 1993f). Dando vazão à consciência de que acabar com a inflação era necessário, mas, não suficiente, tratava de argumentar que metas desenvolvimentistas e estabilizacionistas teriam de ser combinadas. Nessa linha, participei em seminários, na Cidade do México, organizados pelo professor Arturo Huerta. Deles surgiram algumas publicações mencionadas noutro momento deste memorial.

“*Fim da inflação e dinâmica econômica no Brasil*” foi análise divulgada na Folha de São Paulo para frisar que a questão nacional devidamente equacionada era indispensável na tentativa de erradicar o processo inflacionário e ao mesmo tempo participar da globalização. Ou seja, sem ela, fragilizaríamos nossa economia diante das forças da globalização capitalista. (Braga, 1993e, p. 4).

Quanto a essa fragilização considerei no boletim Carta Política:

“O 'novo' padrão monetário só se instaura quando renasce o dinamismo na criação de ativos reais, o que depende de inovações financeiras fomentadoras dos investimentos público e privado. Dinamismo e inflação controlável são inseparáveis nesta reestruturação”.

“A miragem da ‘moeda forte’, na periferia, conduz ao apelo paroxístico dos ‘estabilizacionistas’: dolarização”. (Braga, 1991b).

Globalização subdesenvolvida foi o termo provocativo que atribuí a um artigo no calor da hora do lançamento do Real e no qual considerei:

“A chamada globalização do capitalismo é um fenômeno de extrema complexidade, que tem imposto uma instabilidade estrutural tanto na periferia quanto em países centrais, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão.”

“... emergem recomendações de políticas à periferia cujas idéias centrais são: domínio da lógica mercantil global na alocação dos investimentos, liberalização comercial e financeira, criação de moeda com lastro em divisa forte (dolarização), privatização e limitação da ação estatal.”

“É importante enunciar que a globalização é uma complicada interdependência monetária, financeira e patrimonial, em âmbito internacional, sobreposta de forma assimétrica a uma dinâmica produtiva, comercial e tecnológica. O processo é liderado por grandes empresas e bancos transnacionais, cuja forma de concorrência não tende a integrar as economias e as sociedades nacionais. Os desequilíbrios estruturais dos balanços de pagamento e as deslocalizações rápidas da produção e do emprego são evidências disto.”

“... o Plano Real é um momento de um processo com duas tendências básicas – a dolarização e a nova etapa da internacionalização da economia brasileira.” (Braga, 1994, p. O-3) .

Não fomos à dolarização – será que ainda iremos?– mas com denodo fomos conduzidos a um grau de internacionalização inquietante. O sistema bancário, para ficar num setor, foi aberto ao capital estrangeiro e até agora os benefícios prometidos estão por aterrisar, tais como maior concorrência redutora de juros e *spreads*.

A internacionalização do sistema bancário brasileiro foi criticada no texto "*Todos os bancos do Presidente?*" publicado no livro "A que ponto chegamos)" (Braga, J.C.S.; Prates, D.M., 1998a, p. 33-43).

"*Cronicamente inviável*" por seu turno veio a ser um texto de indignação diante do que alcançávamos, ou, pior, do que deixávamos, enquanto nação, de atingir no fim do século:

"Cronicamente Inviável" é o título do filme de Sergio Bianchi com imagens do Brasil que nos preocupam e indignam. Lá estão, numa linguagem cinematográfica de grande qualidade, a elite escrachada, a miséria material e espiritual do povo, a destruição ambiental, a impunidade dos poderosos, o carreirismo e enriquecimento a qualquer custo, a fome e a opulência; enfim tudo o que, a despeito dos 'mercados livres e dinâmicos' (sic), pode tornar um país inviável."

"Preocupar-se com a inviabilidade do país não significa sustentar a tese da estagnação econômica, como já o fez, equivocadamente, parte da esquerda nos anos 60. É preciso avaliar melhor as mudanças estruturais para poder estabelecer uma hipótese sobre isto. Entretanto, não há evidências para a outra hipótese de que essa inserção internacional será uma associação exitosa capaz não apenas de provocar crescimento como de viabilizar o país no sentido a que nos referimos." (Braga, 2000a).

Essa discussão da viabilidade de um país na perspectiva do desenvolvimento é inseparável da questão social. Elaborei com Pedro Luiz Barros Silva e Eduardo Fagnani – "*Recessão e Financiamento das Políticas Sociais*" –, em 1989, em que estabelecíamos a vinculação entre crescimento e formas de financiamento público adequadas para que a política social pudesse claramente ter resultados amplos.

Em "*Políticas Sociais e Dinâmica Econômica*", parceria com André Médici, no ano de 1993, procuramos analisar os nexos do movimento estrutural econômico com as políticas públicas de corte social. Com esse mesmo colega: "*Novos horizontes para a Regulação do sistema de saneamento*" apareceu em 1995.

Dentre as bancas de teses relacionadas ao tema de que participei ressalto as de Mestrado (1988) e doutorado (1999) do economista André César

Médici, importante pesquisador internacional da “Economia da Saúde” cujas teses foram respectivamente: “*Crise econômica e políticas sociais: a questão da saúde no Brasil*”; e “*História e políticas de saúde no Brasil– um balanço do processo recente de descentralização*”.

Na linha de outras políticas públicas, em 1996, junto com José Eduardo Pessini organizamos um seminário para debater o problema da infra-estrutura nacional. Em consequência, publicamos os resultados no livro intitulado “*Infra-estrutura econômica e desenvolvimento*”.

Retornei ao tema da política pública de saúde no Brasil através de consultoria à Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob a liderança de Aloísio Teixeira. Constava de palestras acerca do complexo econômico do Setor Saúde e assessoria aos gestores da agência.

Fiz, no âmbito do NEPP, a supervisão científica dos trabalhos que resultaram no livro “*Brasil: Radiografia da Saúde*” tendo Barjas Negri e Geraldo Di Giovanni como organizadores. Além da revisão técnica de todos os textos escrevi a introdução ao livro em parceria com Pedro Luiz Barros Silva intitulada: “A mercantilização admissível e as políticas públicas inadiáveis: estrutura e dinâmica do setor de saúde no Brasil”. Creio que é pertinente reproduzir alguns trechos:

“Nas décadas de 70 e 80, pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e de outras instituições analisaram, no Brasil, o que então denominaram de capitalização da medicina. Processo em que o Estado provia e pagava a ampliação da demanda aos serviços médicos e aos produtos industriais vinculados ao setor; financiava os investimentos e contratava os serviços da rede privada, apoiando, assim, os empreendimentos capitalistas no setor. Sanitaristas e cientistas sociais criticavam tal 'modelo' e clamavam por um sistema de saúde com caráter centrado na promoção da saúde e prevenção da doença, hierarquizado e regionalizado, com forte capacidade resolutive, podendo dessa forma garantir a universalização do direito à saúde e a melhoria da qualidade dos serviços públicos para o conjunto da população brasileira. Para tanto, buscou-se formas de financiamento e de formação de preços setoriais que fossem distributivos da renda nacional e mecanismos de controle e regulação aos exageros da acumulação de capital nessa área. Esses estudos permitiram a compreensão daquele processo, influíram nos avanços do perfil das

políticas públicas e auxiliaram a concretizar as idéias que culminaram na estruturação dos capítulos dedicados à área social da Constituição Federal de 1988."

"...nos anos 90, ocorreu: a mercantilização da saúde,⁵ a descentralização da atenção pública em direção à municipalização; a internacionalização da oferta de produtos médico-industriais; o esgarçamento dos mecanismos de financiamento público; o atraso na regulação do setor privado. Foi revertida, em grande parte, a tendência, explicitada na Constituição Federal de 1988, de forjar um sistema de saúde baseado na universalização do direito à atenção médica, na oferta majoritariamente pública dos serviços e no financiamento baseado em tributos. Tendência que, segundo os estudos e pesquisas dos anos 80, possibilitaria a erradicação dos problemas detectados no período da capitalização da medicina.

Houve e há nesse movimento, uma específica e perversa relação entre política econômica e política social vigente nos anos 90, presente até o momento em que se escreveu esta Introdução. Desde a industrialização dos anos 50 até o presente, talvez esteja-se diante de um difícil momento de tensão entre aquelas duas políticas, percebidas como eixos fundamentais da ação estatal. Não é exagero afirmar que essa política econômica é incompatível com o desenvolvimento de uma política social, entendendo esta última como a que assegura que a qualidade de vida não seja comprometida pelas instabilidades, crises e desigualdades promovidas pela dinâmica econômica capitalista; e mais que isso, aquela política que possibilita alargar os alcances materiais e espirituais da vida. A política econômica brasileira da estabilidade de preços e as reformas liberalizantes e desreguladoras/ desregulamentadoras não deixam espaço para uma política social vigorosa porque lhe nega base fiscal, estabilidade de financiamento, remuneração adequada dos servidores públicos, manutenção, investimento e inovação nos aparatos públicos..."

"... deteriora a situação social, tornando a demanda por serviços públicos amplíssima, insaciável. Assim, a política econômica precariza as condições de oferta pública de serviços e, ao mesmo

5 A mercantilização da saúde significa para nós o processo pelo qual a atenção médica passa a ser plenamente uma mercadoria "como outra qualquer" submetida a regras de produção, financiamento e distribuição de tipo capitalista. É a fase que, no Brasil, se segue à da capitalização da medicina antes mencionada. Naquela, o Estado ficava no centro do processo financiando, criando demanda pelos serviços, centralizando as decisões e estratégias. Na mercantilização, o setor privado vai se autonomizando no financiamento, cuja expressão máxima são os seguros-saúde privados, a produção de serviços já conta com uma base própria de acumulação em expansão, multiplicam-se os tipos de empresas de saúde, o consumidor de serviços se encontra no mercado e não mais diante do serviço público, o Estado perde relativo controle do processo e tenta regulá-lo, firmar contratos, supervisionar, em outras palavras "correr atrás" dos abusos de poder econômico e tentar domesticá-los a favor do povo e da nação.

tempo, ao deteriorar as condições de vida faz crescer velozmente a demanda por estes serviços."

"Essa é uma demonstração da perversa engrenagem estrutural e quase 'secular' entre elementos sócioeconômicos e de políticas públicas para cuja desarticulação a política de saúde pode contribuir somente através de uma atuação governamental em toda a 'cadeia produtiva' do setor saúde: na dinâmica da base técnico-econômica (indústria de equipamentos, de instrumentos médico-hospitalares e farmacêutica), nas melhorias das condições do trabalho em saúde, no equacionamento financeiro-tributário de financiamento setorial, numa reforma pela eficiência crescente do setor público pautada pela atenção às necessidades da população, na regulamentação pertinente dos planos e seguros privados de saúde, na regulação pactuada de preços e contratos relativos à oferta de produtos e serviços de saúde. Isso significa que a política de saúde pode e deve dinamizar articulações industriais, ampliar segmentos da estrutura ocupacional, qualificar mão-de-obra, estipular padrões eficientes de financiamento e de prestação de serviços públicos, constituir referências pertinentes de regulação e de articulação entre Estado e Mercado." (BRAGA, J.C.S. e BARROS SILVA, P.L., 2001a, p.19-21).

As dificuldades da política social, no Governo Fernando Henrique Cardoso, estiveram relacionadas ao tratamento fiscal da política econômica. Tratei disso também em "*A economia de um só fundamento*" :

"Para o Ministro Pedro Malan, o Brasil, mesmo ostentando esses números pode ser considerado, hoje, uma economia de bons fundamentos. Segundo ele, em entrevista recente a um grande jornal, "...os fundamentos da economia brasileira acabarão por prevalecer sobre essas turbulências que fazem parte do mundo em que vivemos..." (OESP – 19/03/2001 pg B7).

Quanto às conseqüências decorrentes da crise argentina e das instabilidades cambiais e financeiras em outros cantos do mundo, o ministro adota uma visão peculiar e "olímpica": "Essas volatilidades e instabilidades fazem parte dos riscos, incertezas e peripécias da História, e nós temos de lidar com elas."

"Pois bem, nesse mundo, em que medida um país como o nosso possui de fato bons fundamentos econômicos?

Para o governo, em última análise, o essencial dos nossos fundamentos é o regime fiscal."

“O governo faz crer, na formulação de seu Ministro da Fazenda, que o superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o capital internacional não-volátil nos protegerão.” (Braga, 2001c, p. A3).

Em “*Alternativas de desenvolvimento no Brasil*” entro numa vertente jornalística lembrando dos tempos de repórter do Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, década de 1960, e faço um balanço de seminário ocorrido em Campinas sobre idéias que traçavam outro caminho desenvolvimentista que não o do então Ministro Malan e o do atual Ministro Palocci. (Braga, 2001e, p. A 8).

Nessa clave, a conjuntura animada do ano da eleição do novo presidente me levou a perpetrar o texto “*É hora de enfrentar o atraso*” em que considerava:

"Nas próximas eleições, governistas e opositores terão que definir-se sobre os rumos do País, dada a estabilidade de preços. Já se nota que a mensagem do continuísmo não será convincente. A inflação baixa esgotou-se como bandeira frente ao crescimento medíocre, ao desemprego, à estagnação ou queda dos rendimentos reais, à dependência externa. O clamor nacionalmente majoritário deverá expressar-se não apenas pelo crescimento mas sobretudo pela mudança no estilo de crescer. As dificuldades existentes na economia mundial devem reforçar a necessidade de construir nacionalmente um projeto que seja ao mesmo tempo menos vulnerável à instabilidade internacional e participativo das energias construtivas que derivam da interdependência financeira, tecnológica e produtiva entre os países.” (Braga, 2002a, p. 80)

A confirmação de que baixa inflação não é igual a estabilidade veio com mais um comparecimento brasileiro ao “caixa” do FMI. Escrevi: “*FMI– Tudo e nada a comemorar*”. (Braga, 2002b).

Para encerrar esta parte selecionei trechos do depoimento que fiz no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – da Presidência da República. Os trechos abaixo correspondem a comentários face a uma exposição do Ministro da Fazenda em reunião a que estavam presentes vários conselheiros, ministros, e o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

"A exposição do Ministro Palocci pode ser sintetizada na questão de como o Brasil transitará de um regime de baixa inflação e baixo crescimento, para um regime de baixa inflação e alto crescimento com inclusão social. Esta é uma transição extremamente difícil que vários países em desenvolvimento estão tentando. Vejamos os problemas principais. Primeiro, a vulnerabilidade externa, ainda que tenha sido diminuída, segundo a exposição consistente que o Ministro Palocci fez, inclusive, com apresentação de indicadores, merece mais discussão. Segundo ponto, um padrão de financiamento para a economia brasileira. Como nós sabemos nossa economia foi financiada, no passado, o que o próprio ministro acentuou, seja por inflação, imposto inflacionário, aumento de carga tributária, endividamento externo significativo e por bancos públicos. A pergunta fundamental diz respeito justamente a isso: qual será o padrão de financiamento? Parece que, face às condições internacionais, terá que ser um padrão de financiamento no qual o endividamento externo esteja sob controle, senão nós estaremos extremamente vulneráveis e mesmo que tenhamos um regime de baixa inflação com baixo crescimento, permaneceremos vulneráveis, como temos estado, a choques externos, sobretudo, porque não temos uma moeda conversível internacionalmente. A terceira questão é a situação internacional..."

"... cenário internacional tem sido, nos últimos anos, de extrema instabilidade estrutural em que, sobretudo, os tempos de aplicação de recursos estão encurtados. Há uma liberalização grande do movimento de capitais e as gestões financeiras da volumosa riqueza mundial estão sendo feitas com os olhos voltados para a taxa de juros e para a taxa de câmbio. O País que não tem moeda conversível é altamente vulnerável e sofre ataques externos violentos como o Brasil já sofreu no passado, como mesmo a Ásia já sofreu, em 1997, e outros países. Portanto, na presente conjuntura internacional há grandes interrogações e incerteza sobre as quais nós não podemos ter hipóteses muito definitivas..."

"...o paradoxo principal, senhor presidente, é que ante uma boa notícia de que o emprego cresceu, nos Estados Unidos, o mundo entra em pânico financeiro. Quer dizer, isto é uma expressão extrema do quanto é paradoxal, para não dizer grotesca, a situação internacional do capitalismo. Deixo para o debate as seguintes perguntas: primeiro, as reservas externas brasileiras estão apropriadas para enfrentar uma conjuntura de maior turbulência? segundo, a nossa taxa de câmbio é administrável? Temos possibilidade de controle caso essas turbulências venham a se acentuar? terceiro, de que maneira nós vamos conseguir evitar que os ganhos fiscais que já foram obtidos pelo governo, pela sociedade,

pelo povo brasileiro se tornem mercuriais, como impedir que eles nos escapem pelos dedos? Porque se os choques externos nos afetarem fortemente nós teremos de elevar as taxas de juros. Ao elevar a taxa de juros o que acontece? Nós provocamos um freio na economia, com isto a receita tributária cresce menos, já que a economia se deprime, com o que a dívida pública cresce e os ganhos fiscais podem ser perdidos. Voltando à questão do financiamento, quero enfatizar o fato de que, além do papel dos bancos públicos, é fundamental que as empresas privadas e os bancos privados, no Brasil, de uma vez por todas, se entrelacem no financiamento do longo prazo até para que nós tenhamos um sistema financeiro de crédito em reais e, portanto, possamos depender menos do financiamento em moeda estrangeira frente aos quais nós sempre seremos vulneráveis porque a nossa moeda não é, insistamos, considerada mundialmente. Ou seja, ela não é aceita em Tóquio, ela não é aceita em Nova York, e, oxalá, um dia venha a ser aceita, mas estamos muito longe disso, embora tenha havido presidente, no passado recente, que achou que ela era conversível. Por fim, na estratégia de desenvolvimento destaco dois pontos, o primeiro, que o Presidente Lula tem acentuado enfaticamente, é a necessidade de haver um plano nacional de desenvolvimento regional, ou seja, não é apenas ter incentivo para as diferentes regiões, mas ter um plano orgânico, integrado na dimensão nacional. Penso que isso é importante e acredito até mesmo que, no âmbito da Amazônia, o Presidente acabou de adotar medida estratégica quando definiu a construção do gasoduto Coari – Manaus, o que mudará a matriz energética daquela região e, portanto, poderá conduzir a um pólo de desenvolvimento importante. Em conclusão, avalio, portanto, que a disjuntiva parece ser a seguinte: ou conseguimos essa transição de um regime de baixa inflação e baixo crescimento para um regime de baixa inflação com alto crescimento, baixo endividamento externo e com um sistema de financiamento adequadamente articulado, ou nós corremos o risco de permanecer em um regime de baixa inflação, sim, porém, de baixo crescimento e de grande vulnerabilidade nesse mercado internacional instável.” (Braga, 2004a, p. 11-13).

2.2 Evolução internacional do capitalismo.

Já comentei que em 1988 desenvolvi pesquisas, durante o pós-doutorado, nos Estados Unidos, nas quais constatei que, desde os 1960/1970, vinha evoluindo um padrão sistêmico que deveria ser denominado de financeirização da

riqueza e que correspondia à hipótese teoricamente erigida na tese de doutoramento, em 1985.

Essas pesquisas permitiram aprofundar a argumentação teórica e consolidar evidências empíricas. Numa linguagem convencional pode-se dizer que, a partir daí, escrevi vários textos em que faço a economia aplicada da formulação teórica da dominância financeira.

Durante a década de 1990, fiz viagens de pesquisas ao Japão, Alemanha e Estados Unidos que me municiaram de maneira importante.

Uma série de publicações tem início com o artigo “*A ‘financeirização’ do capitalismo desenvolvido*”, publicado na Folha de São Paulo, em 22 de Julho de 1990, na página B2 do Caderno de Economia. Na seqüência, essa formulação foi ampliada e apareceu como Texto para Discussão do IESP número 3, em 1990, reeditado em 1992 sob o número 5. Em 1993, o artigo foi publicado na revista Economia & Sociedade, do Instituto de Economia da Unicamp. Em 1997, cheguei a uma versão que considero a “mais acabada” sob o título de “Financeirização Global” que foi publicada no livro *Poder e Dinheiro*, organizado por Fiori & Tavares, da coleção Zero à Esquerda, da Editora Vozes. Em parte, terei de me referir às versões de modo cronológico procurando extrair de cada uma aquilo que for relevante no sentido de demonstrar como a hipótese de 1985 foi sendo evidenciada.

A partir de meados dos 1990, a idéia de financeirização é debatida e referida em diferentes trabalhos da literatura econômica.

Em “A ‘*FINANCEIRIZAÇÃO*’ DO CAPITALISMO DESENVOLVIDO”, publicado na Folha de São Paulo, estava formulada a essência dos avanços obtidos durante minha pesquisa em Berkeley. Nele, na linha da **dominância financeira** aplicada concretamente à economia internacional, procurei salientar as mudanças históricas que afetavam a dinâmica capitalista.

“A crise econômica das economias capitalistas desenvolvidas, entre meados dos anos 60 e o começo dos 80, e a respectiva superação, já em andamento, apresentam um importante enigma: por que, ao contrário das crises anteriores, nesta, não ocorreram nem uma ‘Grande Depressão’ nem um ‘crash’ financeiro generalizado? E, provavelmente, não ocorrerão, ainda que persistam instabilidades, no

bojo da expansão de longo prazo que vem surgindo há ,mais ou menos,sete anos." (Braga, 1990a, p. B2).

Essa era uma pergunta pertinente já que não eram poucos os economistas que se encontravam à espreita de uma nova depressão semelhante àquela que ocorreu nos anos 1930.

"Esta crise e seus desdobramentos são novidades históricas que impõem renovação na interpretação teórica...."

"...do capitalismo atual cuja característica é a instabilidade estrutural com 'Financeirização' e Internacionalização dos 'mercados de investimentos'." (Braga, 1990a, p. B2).

Nesse texto retomava o ponto vital de que as empresas comerciais e industriais atuavam já de maneira distinta da convencional:

"...as grandes empresas (financeiras e não-financeiras) são verdadeiras corporações capitalistas que exercem diferentes funções, atuam em diversos mercados e executam, sob aquela lógica de um cálculo financeiro geral para decidir sobre seus investimentos, de distintas naturezas, [...] em escala internacional."

"É nos últimos vinte anos que se consolida a "financeirização..."

"A chave para a crise econômica deste final de século e sua 'resolução' é o 'paradoxo da financeirização'..."

"São reduzidos os limites à velocidade e às formas de realização de riqueza privada capitalista, inclusive na sua modalidade mais 'geral, abstrata e absurda' a capitalização fictícia monetizada. E o paradoxo, reafirma-se, no fato de que, com isto, não ocorre uma liquidez na 'circulação financeira' excludente de liquidez na 'circulação industrial'. Ao contrário, interpenetram-se as variadas instâncias de acumulação de riqueza, engendra-se uma simultaneidade instável entre os processos de criação de Renda (salários, lucros operacionais líquidos e impostos) e de Capitalização Financeira (juros, dividendos, rendas, etc, ampliáveis ficticiamente)". (Braga, 1990a ,p. B2).

Nos Textos para Discussão do IESP e na revista Economia e Sociedade o título é: "*A financeirização da riqueza : a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*". Foi utilizado o mesmo texto nas versões constantes da publicação do IESP e da Unicamp, havendo pequenas mudanças de

redação. Mencionarei a versão de 1993 da Economia & Sociedade, bem como a de 1997 do livro Poder e Dinheiro.

Nas mencionadas versões procurei avançar no **conceito de financeirização**:

“A dominância financeira – a financeirização – expressão geral das formas contemporâneas de *definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo*.”(Braga, 1993a, p. 26).

Explorei, também, nessas versões, a explicação de como o processo havia tido origem na economia dominante. Tratava-se de pensar sobre o “fim” da prosperidade da economia americana do pós-guerra, nos anos 1960, as mudanças macroeconômicas e a montagem da dinâmica de capitalização financeira.

Denominei de “financeirização originária” o processo que vai dos anos 1960 a 1990 tendo como determinantes os fatos engendrados nos Estados Unidos, a potência econômica e hegemônica:

“A década de 60 descortina-se com os Estados Unidos emitindo dinheiro para financiar a 'Idade de Ouro' e sua posição hegemônica no mundo, o que incluía desde os gastos em infra-estrutura e programas sociais, a internacionalização das corporações e dos bancos, até a guerra colonial no Vietnã e programas militares. O contexto monetário internacional, como antecipara Triffin (1960) com grande acuidade, trazia latente uma ruptura, dado que a expansão de liquidez era proporcionada pelos deficits de balanço de pagamentos americano, cujo saldo comercial positivo era superado pelas saídas na conta de capital, mecanismo que terminaria por minar a 'confiança' no dólar como reserva de valor conversível em ouro. O sistema financeiro interno, cuja estabilidade baseava-se no quadro regulatório montado após a *débâcle* dos anos 30, começava a ser alterado por uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação. O déficit público e a inflação colocavam em dificuldades o manejo das políticas fiscal e monetária: tinha de manter o déficit sob controle, mas, ao mesmo tempo, os dispêndios governamentais em programas sociais, infra-estrutura e programas militares deveria ser preservados. Dessa forma, o Fed adquiria títulos do Tesouro, monetizando parte da dívida nacional, e, assim, aquelas aquisições

de *open-market* atavam os déficits orçamentários federais à criação automática de moeda⁶.

No início dos anos 70, esse conjunto de fatores determinou o fim da prosperidade da 'Idade de Ouro' e consolidou, ao longo do tempo, as bases do novo padrão de riqueza que vinha se configurando." (Braga, 1997a, p. 200-201).

Era relevante constatar a maneira pela qual as finanças alteravam a condução das decisões de investimento aspecto que eu havia abordado na tese pelo ângulo abstrato:

"Uma das raízes do mencionado padrão provém da mudança no sistema de financiamento do investimento produtivo, que era baseado nos lucros internos das empresas, no crédito bancário de curto e médio prazo e no *funding* estável do mercado acionário e de títulos, proporcionado pelos fundos de pensão e seguradoras".

"...sua estabilidade dependia de inflação controlada, para que fosse compatível com os tetos de taxas de juros, de uma expansão creditícia baseada nos depósitos à vista (não remunerados) e, também, de que os investidores em ações as mantivessem em carteira, por períodos longos, evitando os movimentos especulativos que o mercado acionário tende a promover." (Braga, 1997a, p. 201-202).

Em qual panorama macroeconômico "desfilavam" as inovações financeiras?

"...em 1956, já havia sinais da desregulamentação desejada pelos agentes financeiros, pois naquele ano ocorreu a primeira mudança no marco regulatório com o *Bank Holding Company Act*, pelo qual as *holdings* de bancos – *bank holding companies* – podiam oferecer serviços financeiros que estavam vedados aos bancos ⁷."

6 Em 1960, o Fed detinha 9,4% do estoque de dívida pública federal (*T-securities*), mesmo patamar que havia mantido ao longo dos anos 50. Daí em diante este percentual é ascendente a cada ano, chegando a 16%, em 1970 (Guttmann, 1994 : 102)

7 Essa reconstituição das alterações no sistema financeiro americano baseia-se em trabalho de pesquisa que realizamos com Marcos Antonio Macedo Cintra. Ver Cintra (1996) nas referências bibliográficas.

"Os novos instrumentos financeiros dotados de rentabilidade com liquidez, constituíram-se como substitutos da moeda, quase-moeda. Sintomaticamente, sobe a relação entre dívida total na economia e depósitos à vista, enquanto cai a participação destes no total dos passivos bancários... (Edwards,1993)." (Braga, 1997a, 202-204)

Foi assim possível concluir que:

“Em síntese, no período analisado, se organiza nos Estados Unidos, um padrão de riqueza difundível internacionalmente em que estão presentes: 1) a mudança de natureza do sistema monetário-financeiro com o declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto substrato dos financiamentos, substituídos pelos ativos que geram juros; 2) a securitização que interconecta os mercados creditício e de capitais; 3) a tendência à formação de ‘conglomerados de serviços financeiros’; 4) a intensificação da concorrência financeira; 5) a ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas; 6) a transnacionalização de bancos e empresas; 7) a variabilidade interdependente de taxas de juros e de câmbio; 8) o deficit público financeiro endogeneizado; 9) o banco central *market oriented*; 10) a permanência do dólar como moeda estratégica mundial”. (Braga, 1997a, p. 211)

A economia política da globalização avançou entre nós brasileiros através do trabalho de vários colegas, especialmente os da Unicamp e da UFRJ. Sob a coordenação de José Luís Fiori e Maria da Conceição Tavares publicamos o livro já mencionado – Poder e Dinheiro – de grande importância. Nesse livro, aparece meu artigo em versão quiçá mais bem acabada e integrada no plano lógico histórico.

Vejamos a financeirização global:

É sistêmica e concreta

“Sua manifestação mais aparente está na crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza-moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral (*paper wealth*) – e os valores dos bens, serviços, e bases técnico–produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade (*economic fundamentals*). ”

"... ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes..." (Braga, 1997a, p. 196).

Foi feita neste artigo uma caracterização mais adequada da mutabilidade nas formas de riqueza predominantes historicamente:

"Nas últimas décadas do século XIX, deflagrou-se a passagem de um sistema capitalista em que a riqueza era associada à terra, máquinas, equipamentos, edificações, para uma 'nova era', em que a riqueza irá assumindo crescentemente uma *dimensão simbólica*, na moeda fiduciária e nos ativos financeiros em geral.

Landes (1958:38-48) compreende assim esta mudança: 'Prudência, frugalidade e decoro, eram as virtudes de uma era histórica inteira, de toda uma ordem social, uma ordem que estava gradualmente desaparecendo, é verdade, mas que ainda, em 1860, detinha a fidelidade da grande maioria da sociedade européia. Eram as virtudes de um mundo no qual as coisas moviam-se vagarosamente, a riqueza do homem encontrava-se tipicamente na solidez da terra e das edificações, em que as pessoas estavam, geralmente, arraigadas ao *status* que seus pais, antes delas, haviam mantido. Certamente, não era um mundo estático, pois o desenvolvimento do comércio e o da indústria já haviam criado novos canais de mobilidade e introduzido mudanças que alteravam consideravelmente os valores e aspirações da antiga sociedade, basicamente agrícola. Porém, tratava-se ainda do comércio indolente e da indústria de pequena escala e, mesmo na Grã-Bretanha, onde a economia já tinha se aprofundado na senda da revolução tecnológica, as atitudes tradicionais permaneciam (...) As pessoas estavam ajustando-se lentamente à riqueza de papel, com sua mobilidade, seus altos e baixos, sua desconcertante concretude simbólica'." (Braga, 1997a, p. 213).

Dado o salto no tempo como abordar as formas de riqueza? Considere-se a formulação acerca da função objetivo das corporações atualmente:

"Na tentativa de captar, numa formulação mais 'abstrata', o cálculo capitalista que orienta o crescimento e lucratividade geral dessas corporações consideremos a seguinte 'função objetivo' 8 :

$$F : f (F_i, I_{pt}, X)$$

As finanças gerais estão representadas por **F_i** em que se incluem variadas operações. Há as manobras estritamente patrimoniais pelas quais buscam ganhos de capital através do mercado de bolsas..."

"... aplicações em outros títulos financeiros, práticas de arbitragem em geral..."

"... financiamento a empresas vinculadas a seus *networks* técnico-produtivos..."

"...operações especulativas com moedas..."

"... montagem de esquemas de 'funding' para os seus investimentos que otimizem as oportunidades oferecidas pelo crédito bancário, pelo mercado de 'securities' e pelos fiscos dos países aonde se dirigem seus investimentos. ...estratégias de depreciação do capital fixo (...) inserção, nos preços produtivos, de um componente financeiro específico."

"... a montagem de esquemas *temporais* adequados, no plano das posições credoras/devedoras, ativas/passivas...."

"O fator **I_{pt}** denota o investimento tecnologicamente inovador, a partir do domínio do conhecimento em física, química e outras ciências, que se caracterizam como disciplinas que transcendem as necessidades de uma linha de produto e, assim, abrem o horizonte de participações multissetoriais."

"A produção dos *tradables X* é um alvo fundamental desses *global players* que vão configurando um novo tipo de empresa multinacional, cujas características tendem a diferenciar-se do antigo padrão norte-americano de replicar suas plantas no exterior. Neste novo perfil designado como *pró-comércio* (*protrade*), ainda que a produção esteja espalhada por vários países do mundo, a montagem do produto final pela multinacional (aqueles relevantes técnica e economicamente) dá-se na economia *nacional* da corporação, que então o exporta para 'todo o mundo' (Gilpin,1987). Esses *tradables* estão presentes, com igual importância, no comércio intra e intercorporações multinacionais, o qual se assenta, ademais, no esquema de competição/cooperação no âmbito do desenvolvimento tecnológico que aquelas empresas empreendem entre si. (Chesnais, 1994)."

"As corporações líderes deste processo são estruturadas como multinacionais, multissetoriais e multifuncionais, consoante suas

8 - Uma formulação inicial desta função-objetivo deu-se numa intervenção da professora Maria da Conceição Tavares no "Seminário Internacional sobre Teoria e Política Macroeconômica" realizado em 5/10/1993 no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

estratégias analisadas na função objetivo." (Braga, 1997a, p. 215-217, 219).

Uma divisão internacional do trabalho mais desigual.

"Nessa perspectiva, ao contrário do que formula a sabedoria convencional sobre globalização, as decisões destes *global players* trazem mais fatores de desequilíbrio para a divisão internacional do trabalho do que a internacionalização capitalista anterior, em que foram possíveis industrializações, na periferia do sistema com a participação de multinacionais."

"Assim, do ângulo dessas corporações a territorialidade econômica amplia-se, tanto em termos produtivos como financeiros. Daí seus interesses por definir quadros regulatórios que lhes convenham a partir de um paradigma homogeneizador, dado pelas políticas de globalização, ainda quando em seus espaços nacionais de origem esta tendência homogeneizadora não necessariamente se verifique." (Braga, 1997a, p. 218-219).

O espaço onde o poder financeiro é exercido.

"Concretamente, no que designamos de macroestrutura financeira dão-se as operações monetário-financeiras e patrimoniais de um conjunto de instituições formado pelos bancos centrais relevantes, pelos grandes bancos privados, por diversas organizações financeiras – corretoras, seguradoras, fundos de investimento –, pelas grandes corporações industriais e comerciais, pelos proprietários de grandes fortunas. Estes agentes operam, em várias praças financeiras, a valorização e desvalorização das moedas, dos ativos financeiros e dos patrimônios em geral, enquanto papéis representativos da riqueza; gerindo os mercados interligados de crédito e de capitais; ampliando as transações cambiais autonomizadas em relação ao comércio internacional; direcionando, em síntese, a alocação da 'poupança financeira' e da liquidez internacional." (Braga, 1997a, p. 222).

Quem é o capital a juros.

"Do ponto de vista teórico, no centro deste padrão de riqueza está o capital a juros, venha ele da grande corporação industrial ou

comercial, dos bancos, dos donos da terra, dos investidores institucionais, das poupanças financeiras pessoais." (Braga, 1997a, p. 223)

Crédito e sistema pagamentos.

"Nessas condições, em que se apresenta o dinheiro, há uma perda do *monopólio* do crédito e do sistema de pagamentos que era exercido historicamente pelo sistema bancário, formado pelas autoridades monetárias e bancos comerciais ou bancos de depósito."
"...pagamentos podem ser efetuados através dos ativos financeiros que são quase-moedas, enquanto instituições como os fundos mútuos monetários possibilitam a utilização de cheques. As mudanças atingem também a esfera institucional da gestão do sistema de pagamentos: 'Existem cada vez mais empresas que oferecem pontos eletrônicos de serviços e *softwares* de tratamento de dados dos cartões de crédito, ou ainda, o desenvolvimento por grupos privados não-financeiros de mecanismos eletrônicos de transferência e pagamentos de fundos' (Freitas, 1997: 352)." (Braga, 1997a, p. 224-225).

Crédito, jogo, especulação.

"O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e *não apenas um momento dos 'ciclos'*, quer de ondas curtas, quer de ondas médias, quer de ondas longas, após os quais a riqueza financeira fictícia desapareceria por um longo tempo. Eles são permanentes, como que constituindo valores que forjam um **'estrato superior'** de riqueza sobre aquele que corresponde aos valores dos bens e serviços. Ou seja, a riqueza financeira sustenta patamares de valorização inusitados em relação à riqueza real, demonstrando capacidade de revalorização, mesmo quando sofre quedas significativas, após ter atingido picos exacerbados. Estes, que têm sido designados de 'bolhas especulativas', entretanto, são apenas a superfície e a manifestação extremada de um movimento mais estrutural daquele **'estrato superior'**..." (Braga, 1997a, p. 227).

A defesa da riqueza.

"A alteração radical na **temporalidade** das finanças abre possibilidades operacionais que antes não existiam nos sistemas nacionais, nem no sistema internacional. Não se está mais atado aos contratos e títulos rígidos de curto, médio e longo prazo, com a respectiva estrutura a termo de taxas de juros. As evidências da transformação no manejo do tempo, deste universo monetário-financeiro, estão na ampliação e pragmatismo dos mercados secundários, agilizando a negociabilidade dos papéis; na existência do mercado de compra e venda do controle de corporações (*corporate control market*); na 'contaminação' entre as taxas de curto e de longo prazos; na possibilidade de contratar juros a uma taxa fixa e trocar por uma taxa flutuante (ou vice-versa); nas oportunidades de passar de uma moeda a outra nos contratos comerciais e financeiros; nos mecanismos de transformação de um crédito de curta duração num crédito de longa duração.

Esses movimentos, possíveis na macroestrutura financeira, implicam a **flexibilização temporal** das relações débito/crédito, das posições ativas/passivas, do tempo de valorização dos capitais."

"O sistema passa a mover-se referido ao tripé **Moeda-Crédito-Patrimônio** numa configuração específica em que o processo de capitalização financeira é preeminente." (Braga, 1997a, p. 229, 232).

Tesouro Nacional e Big Bank dominam o Estado capitalista.

"Esse processo atinge não só os Tesouros Nacionais, pelo seu impacto sobre as dívidas públicas, como o próprio banco central, que vai sendo compelido ao exercício da política monetária segundo as *pautas* do mercado."

"Os bancos centrais atuam, na medida do possível, sobre a expansão monetária, a liquidez, e a taxa de juros de curto prazo. Com essas medidas podem reverter, conjunturalmente, a capitalização financeira autonomizada, as valorizações patrimoniais fictícias. Podem fazê-lo, contudo, apenas temporariamente, porque uma reversão completa exigiria uma mudança no próprio padrão de riqueza." (Braga, 1997a, p. 234, 236).

Estatuto e armadilha.

"As corporações produtivas e instituições financeiras efetuam um monitoramento do dinheiro e das finanças, no tocante à gestão da riqueza e da liquidez, que lhes dá a *possibilidade de não exercer plenamente os direitos de propriedade* que seus títulos representam, quando ocorre a ameaça de corrida desvalorizadora, coisa que, se acontecesse, provocaria um gigantesco 'crash' financeiro. Este poder privado de liquidez explica, em parte, porque as grandes flutuações, nos mercados acionários e de ativos financeiros, ao menos nos países avançados, não se transformaram em quebras generalizadas.

"Nesses movimentos, se insere a **interdependência patrimonial** – e não apenas comercial e creditícia, como antes – dos proprietários dos principais países industrializados, pela qual seus ativos e passivos estão conectados a ponto de tornar a gestão público-privada da riqueza forçosamente interativa e supranacional, ainda que sem a coordenação virtuosa pretensamente almejada pelo G-7."

"A perversidade da instabilidade contemporânea tem sido justamente a de, por mais de 25 anos – desde pelo menos 1971, quando o dólar deixou de ser conversível, assinalando uma transição –, combinar alta especulação financeira com crescimento mínimo, coisa capaz de evitar o colapso, garantir os lucros de todo tipo – com o apoio dos tesouros nacionais e dos bancos centrais – e arrebentar com a maior parte das 'periferias' sociais, mesmo nos países centrais, e geográficas.

É este o estigma da financeirização global – nem colapso, nem desenvolvimento – que, como tal, denuncia um padrão de riqueza econômica, social e historicamente limitado." (Braga, 1997a, p. 237-239).

Desde a segunda metade dos anos 1990, acirra-se o debate sobre globalização no Brasil, sobretudo porque com o Plano Real supostamente, para seus idealizadores e implementadores, o Brasil dela participaria virtuosamente, sob estabilidade monetária e com crescimento econômico.

Bruno Théret e eu organizamos um seminário sobre Regulação Econômica do qual resultou o livro – já citado – com as temáticas relevantes do processo de globalização.

Além da revisão técnica da tradução dos textos em língua francesa escrevi o posfácio nos seguintes termos:

A curta vida da idealização liberal.

“O ano de 1997 determinou a desmistificação da globalização capitalista como promotora da convergência de todos os países em direção à prosperidade. Ao contrário, os eventos do segundo semestre daquele ano e do início de 1998 são evidências do quanto o capitalismo globalizado pode instabilizar a economia mundial e de como as capacidades de resposta à desordem iminente são muito diferentes, nos países centrais e nos países periféricos, sendo que nestes revela-se patente como a própria autonomia na formulação da política econômica vai ficando comprometida.” (Braga, 1998d, p. 531).

Ataque e defesa.

“...as economias que não detêm moedas conversíveis internacionalmente, correm sérios riscos de desordem quando pretendem encobrir sua fragilidade estrutural pela via do câmbio sobrevalorizado, de taxas de juros elevadas e de acúmulo de reservas internacionais. Apenas os bancos centrais dos países detentores de moedas conversíveis – rigorosamente, os membros da tríade, Estados Unidos, Japão e Alemanha – e, assim mesmo, apelando para esforços de coordenação, são capazes de enfrentar ataques especulativos contra suas moedas e seus mercados financeiros.”

“Os países periféricos estariam submetidos a sucessivas rodadas de ajustes fiscais, cambiais e de balanço de pagamentos (em função dos déficits em conta corrente) ao longo dos quais o dinamismo de suas economias seria posto em questão.” (Braga, 1998d, p. 532-533).

Qual reforma?

“...A tarefa é árdua e tangencia o impasse porque regulamentar e regular um capitalismo globalizado implicaria intervir na própria lógica da concorrência que se pretendeu libertar; transformar o afã de acumular por acumular, hoje, submetido à dominância da riqueza abstrata – monetário-financeira–; redistribuir o investimento produtivo mundial para a redução das heterogeneidades interpaíses; financiar, segundo a lógica das necessidades nacionais, os balanços de

pagamentos estruturalmente desequilibrados; edificar instituições que consolidem a cooperação entre nações, num mundo em que as rivalidades são fomentadas pela própria competição econômica privada." (Braga, 1998d, p. 535).

Assistência financeira, sim; mas, temporária.

"A dinâmica do poder que corresponde à globalização capitalista está muito distante dessa utopia. No máximo ela contempla uma atuação 'instrumental e tática' expressa com exemplar fidelidade por Alan Greenspan, presidente do Fed: 'Os distúrbios financeiros que afligiram uma série de moedas na Ásia não ameaçam a prosperidade dos EUA [...] mas precisamos trabalhar em cooperação estreita com os líderes desses países e a comunidade financeira internacional para assegurar que suas situações se estabilizem. É do interesse dos EUA e de outros países do mundo encorajar os ajustes apropriados de políticas e, onde for necessário, fornecer assistência financeira temporária' (Folha de São Paulo, 30/10/1997, p. 2-7)." (Braga, 1998d, 535).

A continuidade do trabalho coletivo sobre a evolução do capitalismo internacional pelo grupo Unicamp/UFRJ levou à publicação de "*Estado e Moedas*", em 1999. Nesse livro, analisei a Alemanha a propósito de construir uma nação desenvolvida, superação efetiva do atraso, do subdesenvolvimento. Mas, antes, uma pergunta: era esse o caso da Alemanha? E o Brasil que sem dúvida é subdesenvolvido, o que tem a aprender? Os que estudam tais processos buscam de todo modo pensar nos problemas historicamente concretos da construção de uma nação desenvolvida e a descartar posturas anacrônicas.

Autonomia diante do *hegemon*.

"A Alemanha⁹ chega ao final do século XX como o país avançado em que provavelmente existem as menores disparidades sociais, regionais e setoriais. Sua caminhada, entretanto, é marcada pelas criações e destruições extremas de que o capitalismo é capaz e, se

⁹ Estaremos nos referindo à ex-Alemanha Ocidental, uma vez que a Alemanha unificada não é nosso objeto, merecendo apenas comentários marginais.

quisermos entender o presente, temos que recorrer a uma, ainda que resumida, reconstituição dos seus principais elementos de formação histórica.

O posicionamento político-econômico da Alemanha caracterizou-se por elevada autonomia, tanto durante a hegemonia inglesa quanto na contemporânea hegemonia americana. Perseguiu, também, políticas monetárias e financeiras autônomas no âmbito dos sistemas monetários internacionais correspondentes às hegemonias inglesa e americana, isto é, quer o padrão libra-ouro, quer o padrão dólar-ouro. Primeiramente desfrutou da ascensão de seu imperialismo nacional-militarista, na busca de espaço vital, não escapando, entretanto, dos horrores do desastre deflagrado pelo nazismo. Nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra, foi capaz de converter esse imperialismo em projeto nacional de expansão, criando uma economia internacional liberal, e finalmente, no tempo presente, engaja-se como centro econômico do projeto União Européia. Este último passo alemão pode ser um primeiro elemento para a 'gestão' das seguintes disjuntivas: regionalização/globalização, neoliberalismo/regulação, federalismo inter-países/estados nacionais." (Braga, 1999, p. 191).

Qual transição?

"Na pesquisa das raízes desse processo deve-se remontar ao período que antecede a unificação alemã. Um passado em que a Prússia, origem da nação germânica, já era um estado central (*core-state*) (Wallerstein, 1979) pelo menos desde o século XVIII e como tal ator relevante do poder no contexto europeu. Mesmo o 'atraso' alemão frente à Inglaterra industrializada impõe-se uma relativização¹⁰. Neste sentido, o surgimento da Alemanha como potência capitalista industrializada, na segunda metade do século XIX, não corresponde a uma transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento com o que suas lições para os subdesenvolvidos do século XX estão longe de ser imediatas, ainda que seu capitalismo organizado possa inspirar políticas nos países periféricos¹¹."(Braga, 1999, p. 192).

10 O autor agradece a Conceição Tavares discussão esclarecedora sobre esse ponto. Consideramos igualmente que pasagens de David Landes no "The Unbound Prometheus" apontam na mesma direção.

11 Ao tratar da "continental emulation" frente à Inglaterra, Landes refere-se assim aos países europeus desafiados: "if they were in their day 'underdeveloped', the word must be understood quite differently from the way it is today"(Landes:125, 1958). As razões para sua posição: a oferta de capital e o padrão de vida lá eram substancialmente maiores que nos territórios "atrasados de hoje; a existência de habilidade técnica próxima do ponto de sustentar uma revolução industrial; tais países eram parte da mesma ampla civilização a que pertencia a Grã-Bretanha".

Projeto Imperial.

"Abordagens do tipo *catch-up ou closing the gap* são insuficientes, deve-se enfatizar, ainda que iluminem aspectos importantes do processo de desenvolvimento dos países periféricos no século XX.

Não há dúvida de que o desenvolvimento dos estados germânicos visava superar o atraso industrial relativo frente à economia inglesa. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela Prússia desde o século XVIII a partir de um desígnio imperial não era desprezível e, como tal, relativiza o mencionado atraso. Nunca se deve esquecer que a Alemanha ocupava uma posição imperial na rede européia de poder, o que correspondia, então, a sinônimo de poder 'mundial'.

É essa base que possibilita um salto, uma rápida 'revolução industrial', capaz de surpreender, no seu tempo, os cálculos político-econômicos de franceses e ingleses. Esse salto, entretanto, não decorreu da existência de burguesias avançadas. Ao contrário, estas se comprometem somente a partir de um convite do rei da Prússia em nome do império, de uma vontade política, portanto, e, finalmente, da guerra, objetivos nacionais que terminaram por se inter-relacionar de forma virtuosa com a expansão dos negócios.

Não estamos pretendendo reanimar a tese da 'via prussiana' acrescida da idéia de 'modernização conservadora', ainda que ambas, inegavelmente, expliquem muito desse capitalismo e de sua política".

"Assim, a ausência de liberalismo político – fundamental na Inglaterra industrializada – e de desenvolvimento social – peculiar à França burguesa – não se constituíram em obstáculo, antes pelo contrário, ao salto capitalista alemão." (Braga, 1999, p.192-193).

Economistas e a questão nacional.

"Antes de 1870 reinava absoluto o 'atraso'?¹².

Veblen (1942) é categórico na resposta a esta pergunta:

'A Alemanha se encontrava em uma situação anacrônica [...] Medida pela taxa de progresso que havia levado a comunidade inglesa ao

12 Somente na parte II discutiremos o "atraso" das estruturas sociais alemãs e suas repercussões para a difícil combinação entre democracia e capitalismo na primeira metade do século XX. A razão para isso é que como veremos aquelas estruturas não foram obstáculo ao surgimento da Alemanha industrializada.

ponto em que esta então se encontrava, o sistema industrial alemão estava dois e meio ou três séculos atrás, em algum lugar nos tempos elisabetanos. Seu sistema político era ainda arcaico [...]' (p. 64/65)."

"Para os Cameralistas, enquanto antecessores dos economistas 'nacionalistas' do século XIX, a construção do poder nacional implicava um Estado dinástico organizado, segundo Veblen, '[...] para defesa e ataque e proteção zelosa de suas fronteiras'. Em suas próprias palavras:

'A diferença entre o típico Cameralista do século XVIII e o 'Nacionalista', ou economista historicista do século XIX, não é tanto uma diferença de princípio e propósito quanto a gama mais ampla de meios e caminhos que deveriam ser considerados por estes últimos na sua preocupação com os fundamentos econômicos e uma agenda para o Estado' (Veblen, 1942, p.174/175)." (Braga, 1999, p. 194-195).

Política monetária e padrão ouro.

"A razão para o sucesso desse capitalismo organizado era a articulação entre bancos e indústrias, que lhe ampliava o raio de manobra monetário-financeiro e creditício frente ao padrão-ouro gerido pelos ingleses, e ao qual a Alemanha estava formalmente vinculada. Dessa perspectiva, devemos indagar: havia uma subordinação alemã ao livre-cambismo e à ortodoxia monetária correspondente ao padrão ouro? Já apontamos anteriormente que, em 1879, firmou-se uma política protecionista ditada pela busca da construção de uma economia nacional que não poderia de tornar vulnerável aos ditames da hegemonia inglesa". (Braga, 1999, p. 200).

Autarquia econômica e militarismo.

"Esse passado alemão nos mostra que no início do século XX já havia se constituído o projeto industrialização nacional-militarista. Potência e bem-estar revelavam-se claramente como resultante da *práxis* baseada na convicção de que os interesses materiais da comunidade são mais facilmente alcançados pelas políticas que tenham como finalidade o 'sucesso do Estado', 'fazer do Império uma comunidade econômica auto-suficiente... um todo auto-equilibrado a ser utilizado na estratégia de política internacional' cuja base é 'uma comunidade industrial auto-contida' (Veblen, 1942, p.176,178 e 179)."

"Guerra e capitalismo estimularam-se mutuamente, formaram um todo em que não se podia distinguir o que determinava o quê. Não que isto se devesse a qualquer particularidade racial, cultural, seja lá o que for, do povo alemão. Afinal, os outros dois capitalismos mais bem-sucedidos do século XX, o americano e o japonês, não vieram a mostrar-se igualmente bélicos, tanto no aspecto 'defensivo-ofensivo' quanto no 'ofensivo-ofensivo'?" (Braga, 1999, p. 202-203).

Depois da Alemanha, os Estados Unidos.

"A despeito de não ter testemunhado a Segunda Guerra, foi Trotsky quem previu com bastante antecedência o papel que os Estados Unidos viriam a ter na Europa e no mundo. A propósito comenta Deutscher (1968):

'As tradições de isolacionismo e pacifismo americanos arraigadas em sua geografia e em sua história eram freios que continham sua expansão; mas estavam condenados a ceder ante a força dinâmica das novas realidades [...] O impulso expansivo era inerente a sua própria economia e o intensificava o fato do capitalismo europeu depender, para sua sobrevivência, da ajuda americana'. Então Trotsky previu: '(Os Estados Unidos) poriam a Europa a viver de rações americanas e logo lhe ditariam sua vontade [...] estamos entrando numa época de desenvolvimento agressivo do militarismo americano' (p.203).

Na visão de Trotsky, além de substituir a Grã-Bretanha como fábrica e banco do mundo, os Estados Unidos começavam a ocupar o lugar de potência naval e imperial do planeta. Aos que discordavam, acrescenta Deutscher, Trotsky replicava que os Estados Unidos seguiriam as pegadas da Alemanha no que tange aos desígnios imperialistas." (Braga, 1999, p. 211).

Setor público indispensável.

"A evolução das bases técnico-produtivas foi alcançada com uma 'divisão de tarefas' entre setor privado e setor público que nos permitiria identificar uma situação de 'economia mista' para o caso alemão. Em meados dos anos 80, apenas a metade do total do valor agregado era produzida sob o regime de mercado 'puro', sendo a outra metade sujeita a regulações governamentais ou produzida pelo próprio Estado, de acordo com dados de estudo realizado para a Comissão de Monopólios [*Monopolkommission*] pelo IfW– Institut für Weltwirtschaft, Kiel (Smith, 1994, p. 458). A presença de empresas

públicas destacou-se nos setores de transportes (ferrovias), serviços de comunicações, eletricidade, gás, água, aquecimento dos distritos, habitacional, bancos e seguradoras".

"Dentre os fatores que contribuem para essa 'dinâmica virtuosa' é estratégico o papel do sistema financeiro público e privado na sustentação da taxa de investimento, na cobertura ao risco de inovações tecnológicas, na limitação da financeirização da riqueza e no apoio ao seu simétrico, a sustentação de finanças industrializantes." (Braga, 1999, p. 214- 216).

Desmanche ou Resistência?

"Trata-se de um capitalismo que estabeleceu por muito tempo, e ainda o faz nesta década, uma relação ausente da maioria dos capitalisms, a saber, uma correspondência positiva entre elevados rendimentos reais do trabalho assalariado e substanciais ampliações da produtividade. Seu sucesso prova um ponto importante: altos salários reais são propiciadores de elevações da produtividade."

"O capitalismo globalizado tem revelado ser um capitalismo para poucos, na medida em que tem concentrado a riqueza e a renda, agravando as disparidades entre nações, eliminando drasticamente um sem-número de candidatos ao desenvolvimento, à superação do atraso."

"Em contrapartida, crescem como nunca, na Alemanha e na Europa continental, as forças que vão desmanchando suas organizações historicamente bem-sucedidas, reforçando assim as instabilidades características do capitalismo atual, que, a essa altura, já afetaram tanto países periféricos quanto países centrais." (Braga, 1999, p. 218-219).

Como resultado de pesquisa realizada na Fundap – “*Transformações institucionais dos sistemas financeiros – Um estudo comparado*” publiquei um texto, em 1998, contrastando produtivismo e especulação na gestão da riqueza para o caso de três países centrais – Estados Unidos, Japão e Alemanha. Esse artigo foi uma tentativa de síntese e articulação das questões tratadas nos trabalhos de Marcos Antonio Macedo Cintra, Maria Luiza Levi, Marianne Nassuno e Simone Lourival Acioli, integrantes deste volume, e com quem realizei as pesquisas

correspondentes. Maria Cristina Penido de Freitas e o professor Cintra, acima mencionado, foram os organizadores do livro resultante daquela pesquisa. (Braga, 1998b, p. 147-176).

Outro momento importante do desmascaramento da versão liberal-gloriosa da globalização foi o da ocorrência da crise asiática uma vez que atingiu países considerados os mais exitosos dentre aqueles em desenvolvimento. Embora não tenha escrito sobre a crise asiática tratei de problemas globais que conformavam o ambiente em que ela se deu, assim como outras crises que vêm ocorrendo no âmbito da financeirização global.

O que é Globalização?

“....Descartemos a leitura liberal da globalização que a vê como sinfonia do equilíbrio geral do sistema de mercado, uma vez transposto o obstáculo do Estado interventor, regulador e promotor do ‘bem-estar social’. Essa leitura é a sanção racionalizada do fetiche, com cinismo ou ingenuidade, pela qual a mercadoria capital é matéria capaz de encarnar virtudes mágicas para o equilíbrio planetário e para a harmonia de uma nova ‘idade de ouro’.”

"O fato do capitalismo ter sido sempre mundial no sentido da interconexão das economias relevantes, através do fluxo de mercadorias, capital e serviços, não deve conduzir ao equívoco de que a globalização é um fenômeno antigo. Antiga é a internacionalização dos mercados domésticos mesmo quando ocorriam industrializações nacionais comandadas a partir do Estado".

“... uma determinação que implica redefinição da territorialidade econômica a partir dos interesses do mundo dos negócios. O território relevante é o global, mundial, a partir de um caráter nacional, unicamente se isto for possível. Isto é, se existe uma base nacional calcada em consistência macroeconômica e em fundamentos industriais e tecnológicos a empresa globaliza-se mantendo o controle acionário (propriedade) e seus interesses de modo solidário com a nacionalidade".

"Portanto, nesse sentido, o surgimento de uma outra **territorialidade econômica** em que o espaço e o mercado nacionais estão subordinados ao espaço e mercado globais é resultado da concorrência inter-capitalista, liberta de entraves regulatórios".

"Estas características do movimento moderno das empresas do grande capital são a verdadeira **causa causans** da Globalização." (Braga, 1996, p. 3).

"O Estado anti-liberal da macroeconomia da riqueza financeira" foi um trabalho em que examinei o modo próprio do Estado lidar com as crises sob condições de dominância financeira:

"Na 'alta', só há o Mercado, na 'baixa', todos querem o Estado. Não estamos nos referindo apenas à velha salvaguarda do Banco Central como o prestamista de última instância. Examinamos aqui o lema inconfesso que rege uma espécie de divisão de funções entre o setor privado e o setor público na condução das atuais economias capitalistas de mercado livre, desregulado, desregulamentado. Quando a economia da produção (renda e emprego) vai bem e acompanhada de valorização financeira dos ativos (ações nas Bolsas de Valores, imóveis etc.), cabe ao Estado não atrapalhar (sic!). Quando começam as desvalorizações da riqueza e crises econômicas, o Estado é convocado pelos chamados mercados para uma adequada providência destinada a evitar o 'pior': as perdas patrimoniais privadas." (Braga, 2000c, p. 3).

Risco sistêmico.

"Ou seja, o 'risco sistêmico' será contornado e muitas posições especulativas acabarão sancionadas, caindo em desgraça somente aqueles que exageraram nas finanças Ponzi¹³..."

"O Estado emissor da moeda 'dominante' vem à cena como garantidor de última instância do processo de valorização dos ativos que é recorrentemente atacado pela instabilidade e pelas crises provocadas pelos próprios mercados. Isso, evidentemente, nem sempre assegura que o 'risco sistêmico' seja contornado, mas implica que esforços públicos socorrerão 'interminavelmente' o mercado da riqueza. Pode-se dizer que na atual globalização capitalista liberal, por paradoxal que pareça, a regra de ouro é: o Estado socorrerá os Mercados em que se transacionam os títulos representativos da riqueza!" (Braga, 2000c, p. 3).

13 Ampliar dívidas para pagar dívidas é o tipo de finanças Ponzi, segundo H. P. Minsky, enquanto finança especulativa é aquela ditada pela sucessiva rolagem da dívida. Ponzi, aliás, em "homenagem" a um histórico megaespeculador.

Euforia sem risco?

"Quando os resgates de sistemas financeiros ou cambiais não podem ser realizados com autonomia nacional, apela-se aos organismos multilaterais, como FMI e Banco Mundial, que impõem suas conhecidas condicionalidades".——

"Nos momentos críticos de desvalorização dessas riquezas, plena liberdade aos poderes públicos – ao Banco Central e ao Tesouro Nacional – para a defesa dos patrimônios privados, ainda que o custo disso seja expansão monetária indesejada, ônus fiscais, desemprego elevado, cessão do poder decisório a instâncias internacionais". (Braga, 2000c, p. 4).

Mais *Big Bank* menos *Big Government*.

"Antes, o Estado assegurava os lucros produtivos co-dinamizando a demanda efetiva. Agora, com a fiscalidade aprisionada, afastada daquela função, as finanças públicas, a gestão fiscal e a gestão monetária passam a ser elementos públicos fundamentais da própria reprodução da macroeconomia da riqueza financeira. Não é o Estado mínimo, é o Estado máximo ou pleno na reprodução da riqueza financeira, da riqueza abstrata. Prática radicalmente anti-liberal. (Braga, 2000c, p. 5).

Como teria e tem que ser dediquei-me também a pensar a América Latina e o Brasil no processo de globalização.

Em "*Financing the public sector in Latin America*", um texto para discussão da Unctad- United Nations Conference for Trade and Development, publicado em 1995, elaborado em conjunto com Marcos A. Cintra e Sulamis Dain, traçamos o quadro existente e como agir sobre ele de modo a não travar as possibilidades sócio-econômicas nacionais:

"This paper is based on the premise that monetary, fiscal and exchange rate policies have become closely interconnected in the context of high public indebtedness, as prevails in most Latin American economies. As a result, lasting stabilization of price and the subsequent development of the country are possible once the public

sector financing pattern is restored to a degree that it can absorb fluctuations in the balance of payments and in the internal and external public indebtedness without jeopardizing intertemporal fiscal consistency. Once an organized public sector has armed itself with solid revenues (ideally, in part based on a hard currency) to finance both short-term stability conditions and long-term investments, it has the resources required for the development of stable conditions."

"... Despite the necessary, indispensable and unyielding expansion of the private economy's share in both processes, Latin America's social economic reality requires the presence of a restructured State with strong fiscal and financial fundamentals."

"The results of decades of restructuring and adjustment policies make it absolutely essential to rethink the neoliberal paradigm guiding such processes. With a solid financial and fiscal basis, Latin American economies would be able to redefine strategies to enable them to participate in this new qualitative phase of capitalist internationalization, without giving up their own financial and productive development in which foreign finance and investments can be virtuous partners. The *sine qua non* condition is that a politically and democratically strong State holds a public economy anchored by financial, fiscal and monetary bases, which in turn must be stable and dynamic in this restructuring process."

"On the other hand, even if these countries experience economic growth, it is not certain that social problems will be solved. This is true not only because the 'stock of poverty' is huge but also because of the well-known 'structural unemployment' tendency promoted by technological innovations. The new public sector in the region has to be more robust in fiscal, balance-of-payments, and financial fundamentals. That means, in general terms, that the national States will have to conduct a substantial change in income and wealth distribution in order to face their financing needs ahead." (Braga, J.C.S., Cintra, M.A.C. Dain, S., 1995, p. 3, 47, 50).

No "*Limites da estabilização latino-americana*" tratei da inconsistência de longo prazo para minimizar de imediato as falácias oriundas de análises conjunturalistas:

"Em vários países da América Latina, os mesmos fatores que sustentam a estabilidade monetária – ou seja, a inflação baixa – produzem, simultaneamente, a instabilidade financeira, os desequilíbrios de balanço de pagamentos, a incerteza quanto ao crescimento, o aprofundamento da exclusão socioeconômica."

"A lógica dessa estabilização revela que tudo depende do mercado internacional de capitais, dos financiamentos externos, dos investimentos estrangeiros diretos e das engenharias financeiras na hora em que o socorro 'extra-mercado' se faz necessário. O 'modelo' requer uma condição – a estabilidade internacional – inexistente no capitalismo globalizado, que, pelo contrário, apresenta recorrente propensão à instabilidade, segundo qualquer analista sério”.

"Nessa política econômica, o crescimento conjuntural está descartado? Claro que não. Dependendo da conjuntura internacional, países como Argentina, Brasil, Chile, México puderam, podem e poderão crescer. Discutível é se poderão, mantida essa estratégia, crescer o suficiente e duradouramente, distribuir renda e riqueza, inovar tecnologicamente, financiar investimentos, a ponto de superar a lógica do subdesenvolvimento que nunca foi incompatível com crescimento, exceto para os equivocados 'estagnacionistas'. (Braga, 2001b, p. A3).

Sobre a situação latino-americana fiz intervenções orais e escritas, no Uruguai, em algumas "*Jornadas sobre el desarrollo de las economías del Mercosur*", organizadas sob a liderança intelectual de Otavio Rodriguez:

"... ¿hay que mantener la estabilidad en cuanto baja inflación? Sí, pero para salir del problema de inestabilidad global en que vivimos hay que cambiar la orientación estratégica. La adopción de ciertas políticas [...] y de una institucionalidad [...] significan que hay que cambiar la estrategia, que hay que garantizar la estabilidad para cambiar la estrategia. No decimos que si no lo hacemos habrá estancamiento económico, sobre todo en países como Brasil, que en el cuadro latinoamericano está muy bien e incluso tiene una posición especial en la división regional del trabajo en el sentido de que exporta regionalmente bienes más sofisticados tecnológicamente e con mayor valor agregado. Pero si se toma el Mercosur como un todo y se mira el resto del mundo, la especialización es la misma de siempre, los problemas de balanza comercial son los mismos y los problemas de balanza de pago son importantes."

"...no hay que separar la macroeconomía del desarrollo. Cierta vez se preguntó a Poulantzas qué era la sociología, y contestó : 'es el departamento de la Universidad donde yo trabajo'. Digo esto a propósito de los cortes que se hacen entre micro y macroestabilidad y

desarrollo. Macroeconomía y desarrollo pueden ser distintas disciplinas académicas pero en los procesos históricos concretos son profundamente interrelacionados." (Braga, 2001d, p. 79-81).

Também estive no México, a convite do colega Arturo Huerta, nas universidades e em seminários políticos, ministrando cursos e discutindo política econômica com o *Grupo Parlamentario del Partido de la Revolución Democrática-Mexico*. (Braga, 1996c, p. 229-235; 1993, p. 103-140; 1993, 51- 91).

Em outra parceria com Marcos Antonio Macedo Cintra, sobre o tema "*Brasil y la reorganización de las finanzas internacionales*", em 2000, tratamos da participação do Brasil na reorganização das finanças internacionais. Nossos principais argumentos foram:

“Assim, os países da periferia que quisessem proteger-se da instabilidade dos fluxos financeiros internacionais deveriam fazê-lo por meio de políticas próprias, de âmbito doméstico. No caso brasileiro, o Banco Central deveria:

- controlar a estrutura temporal dos passivos internacionais do país, reduzindo a participação de obrigações voláteis ou de curto prazo;
- administrar o perfil da dívida externa de médio e longo prazo;
- fechar as diversas brechas que facilitem a evasão de capitais (Conta CC-5), sem violar os compromissos internacionais assumidos (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços –*General Agreement on Trade in Services* – Gats).
- requerer uma coordenação entre os bancos centrais que seja capaz de enfrentar as manobras viabilizadas pela elevada liquidez dos diferentes agentes privados, capazes de desencadear ‘ataques especulativos’ às diferentes moedas;
- requerer mecanismos públicos de supervisão, fiscalização e intervenção nos mercados financeiros – de crédito, de câmbio e de capitais – de modo a desativar a dominância financeira que caracteriza o atual padrão de acumulação capitalista à escala mundial, no qual os ganhos financeiros especulativos desestimulam as decisões de investimento produtivo, mais amplas e inovadoras;

Finalmente, ainda que difícil, é necessário:

- a constituição de um prestador de última instância que atue como um verdadeiro banco central mundial, sem os entraves burocráticos e os marcantes interesses dos países dominantes que caracterizam as ações do FMI. A função do prestador mundial de última instância não precisa ser desempenhada, necessariamente, por uma nova instituição, pois poderia resultar da **cooperação organizada** dos diversos bancos centrais, e deveria ter em conta as necessidades reais do desenvolvimento mundial." (Braga, J.C.S.; Cintra, M.A.M. , 2000b, p. 122, 125-126).

2.3. Dinâmica econômica: problemas teóricos.

A edição, em 2000, de meu livro – "*Temporalidade da Riqueza: Teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*" – resultou de quinze anos de pesquisas, aperfeiçoamentos e reflexões sobre o tema teoricamente *planteado* na tese de doutoramento.

Algumas passagens da introdução, da organização temática e da conclusão ilustram os conteúdos preeminentes do livro que não foram reproduzidos, neste memorial, quando antes usei a versão original da tese.

Riqueza : definição, gestão e realização.

"Por que Temporalidade da Riqueza? Porque queremos expressar a mutação que o tempo produz na definição, gestão e realização da riqueza ao longo do processo capitalista. A forma capitalista de acumular riqueza não é ela mesma evidentemente natural, aistórica, mas tampouco a riqueza no capitalismo assume uma única forma, pelo contrário, ela tem passado por metamorfoses. O dinheiro, sua forma mais geral e abstrata, já teve materialidade nos metais, sobretudo o ouro, metamorfoseou-se em papel e avança agora como 'dinheiro cibernético'. A riqueza dos homens no capitalismo já encarnou-se tipicamente na terra sólida e nas edificações, ampliando-se em direção à riqueza de papel (*paper wealth*) com sua mobilidade, virtualidade, incerteza e intrigante concretitude simbólica."

"Tais movimentos têm ocorrido por lógica interna do capital, por sua *differentia specifica* como forma de riqueza e de constituir o tempo econômico, como também por soluções historicamente construídas desde o entrelaçamento da economia, das classes, da política, das instituições. Nestes termos, compreender a dinâmica econômica sistêmica a partir da temporalidade da riqueza é assumir que o campo econômico não é auto-suficiente, autocontido, autógeno, uma máquina de negócios mecanicistas, uma naturalidade que tornaria nosso objeto comparável ao das ciências naturais." (Braga, 2000d, p. 29-30).

Quanto à organização do livro registrei que se tratava de:

"Na Primeira parte: ... compreender as aporias em que se colocam os modelos da teoria 'clássica', bem como os avanços e problemas da teoria crítica, em face das tramas da temporalidade da riqueza capitalista. Organizamos os capítulos segundo a natureza e o grau de instabilidade formulados pelas teorias. Por isso, partimos da instabilidade dinâmica (formal) da teoria 'clássica', prosseguimos com Schumpeter que transita do fascínio analítico pelo paradigma de equilíbrio para a instabilidade estrutural periodizada segundo o corte capitalismo competitivo/ capitalismo trustificado, seguimos com Keynes e Kalecki – teoria da demanda efetiva – que vêem mais radicalmente a propensão da instabilidade à crise e encerramos com Marx para quem a instabilidade estrutural se agudiza em contradições dinâmicas.

"Na Segunda parte:... uma abordagem teórica de instabilidade estrutural à dinâmica contemporânea do capitalismo. No primeiro capítulo, nos dedicaremos a pensar como a concorrência das grandes corporações no que designamos de **mesoestrutura** configura dois processos simultâneos, o da renda agregada e o da capitalização financeira. No segundo, examinamos como a instabilidade estrutural expressa-se em flutuações e na antinomia da tendência. E no terceiro capítulo, tratamos de compreender como se move o sistema sob dominância financeira." (Braga, 2000d, p. 46-47).

Na conclusão apontava o seguinte:

Dinâmica e “dinâmicas”.

"Tratamos de demonstrar que uma reflexão sobre a temporalidade da riqueza é imprescindível para uma verdadeira identificação das perguntas, problemas, métodos e soluções de uma teoria da dinâmica econômica capitalista. Aprofundando na significação e adequação do conceito de 'tempo econômico', compreendemos que têm sido elaboradas diversas 'dinâmicas'. Segundo o objeto e o método adotados chega-se a resultados profundamente distintos que variam da convergência ao equilíbrio à crise de reprodução." (Braga, 2000d, p. 329).

A posição quanto à teoria dinâmica se baseava nas seguintes idéias:

"(1) Crítica à concepção de ciclo como totalidade autônoma de movimento por sua inadequação à compreensão do movimento capitalista, uma vez que *involucra* as formas canônicas de recuperação, auge, recessão, depressão, recuperação...; através de ondas curtas, médias ou longas." (Braga, 2000d, p. 330).

O quê conhecer?

"O tratamento da temporalidade *involucra* o problema **lógico-histórico** específico das ciências sociais. Para a Economia, o modo de inserção teórica do tempo condicionará a habilidade em elaborar conceitos e mover o pensamento numa forma capaz – ou não – de apreender a dinâmica da sociedade capitalista, portanto, em ser pertinente – ou não – à história."

"A pergunta acerca de qual é, afinal, a **verdadeira matéria do conhecimento econômico**, vai sendo radicalmente abandonada desde os neoclássicos que resgatam de Smith e Ricardo apenas o que convém a essa *démarche*: axiomas, atomismo, dedutivismo, naturalismo, lei de Say, principalidade das trocas na aquisição e consumo de riqueza."

"O que é a economia mesma, o objeto, pode mudar no percurso histórico e se a teoria não contribui para a compreensão desse **processo**, a prática da política econômica poderá vir a ser desastrosa." (Braga, 2000d, p. 35-37).

Ciclo determinístico.

"... **poderia a teoria do ciclo econômico, como análise dinâmica, compreender a temporalidade capitalista?** Neste trabalho sustentar-se-á que a resposta é negativa."

"Em Schumpeter, a utilização dos conceitos de equilíbrio e ciclo não implica uma análise formal, e acaba por revelar os limites de ambos e a necessidade de abandoná-los.¹⁴"

"Ao longo dos argumentos, procuramos mostrar quanto à teoria 'clássica' que, na passagem da estática para a dinâmica, ao lidar com os conceitos de equilíbrio e ciclo, revelam-se aporias para apreender a temporalidade capitalista. Aporias como a dificuldade lógico-formal – beco sem saída – diante da necessidade de pensar o tempo

14 Verificar no Capítulo 2 da Primeira parte a "indefinição" de Schumpeter acerca da noção de ciclo.

econômico capitalista, o que significa confrontar-se com a dimensão lógico-histórica.

As teorias mecanicistas de distintos matizes estabelecem relações funcionais (matemáticas) de causalidade entre variáveis selecionadas (investimento, renda, lucros, estoque de capacidade produtiva) e assim determinam a 'natureza' da estrutura. Dessa perspectiva funcional o fenômeno econômico é reduzido ao encadeamento das variáveis com o que representa-se o mecanismo e se prevê (se determina *a priori*) o curso, o movimento na linha do tempo (especializado).

O movimento corresponde às **formas canônicas** que, mecânica e regularmente, explicitam a periodicidade/amplitude da dinâmica autônoma. Essas formas decorrem das relações funcionais, com variáveis e defasagens estabelecidas, de acordo com uma **regra** (cânon) produtora do padrão, do modelo.¹⁵

Há que destacar também que a ausência explícita do conceito de equilíbrio, em alguns modelos, não os exime do formalismo estéril, uma vez que segue presente uma simples diacronia, pelas hipóteses implícitas, seja a da eternização da estrutura, seja a de supor a mudança da estrutura como ciclo de longo prazo, igualmente mecânico e repetitivo, onde a mudança não é explicada teoricamente (lógico-histórico), cabendo em geral o fator tecnológico como evolucionismo da sociedade industrial.¹⁶

Por isso o conceito de ciclo, que é o único 'rigoroso', é uma espécie de (auto) regulação sistêmica, razão pela qual foi abandonado por Kalecki, por Hicks, e jamais assumido por Schumpeter que optou por *business cycles* como uma idéia acerca de um fenômeno aberta à história."

"(2) O resgate da teoria da demanda efetiva como uma teoria da instabilidade e da crise, tal como em Keynes e Minsky e mesmo em Kalecki, quando se apreende a teorização deste como superadora do ciclo de *perpetum mobile*." (Braga, 2000d, p. 39, 41, 330-332).

Tempo e Movimento.

¹⁵ É ilustrativo ir à significação musical de cânone: aquela composição em que o tema, iniciado por uma voz, é rigorosamente imitado, à distância de um ou mais compassos, por outra(s) voz(es) até o fim.

¹⁶ Dentre os que marcam posição canônica nesta linha estão certos "neo-schumpeterianos" como Mensch (1979) (ver crítica de Vercelli, 1988) assim como certos "neokeynesianos" como Pasinetti. A propósito dos ciclos canônicos afirmou Vercelli (1988: 22): "... *I feel much less inclined to accept a regularity in periodicity and amplitude. In particular I am sceptical on the possibility of distinguishing the four canonical phases (depression, recovery, prosperity, recession) which suggests the existence of authentic cyclical behaviour, although perhaps only of a qualitative kind. The relevant regularities have to be found in the comovements of economic variables in the course of the alternating long phases of development and crisis*".

"Kalecki é outro autor cuja contribuição representa também um esgotamento da lógica analítica para a temporalidade. Raízes marxistas conformaram sua reflexão sobre a dinâmica econômica, de um modo que permite classificá-la como um campo de tensão teórica: **repensar o ciclo como totalidade autônoma de movimento e reconsiderar o método de separar ciclo e tendência, típico do enfoque analítico-formal**".

"O curto e o longo prazo não existem separadamente. Isso significa rediscutir logicamente a temporalidade, reposicionar o tempo teórico; um avanço crítico em relação aos modelos dinâmicos de ciclo e tendência (*trend*). (Braga, 1983)."

"Keynes propôs problemas e conceitos que **apontavam** para uma redefinição de dinâmica econômica.

Fundamentalmente, o princípio da demanda efetiva pensado desde o cálculo capitalista, numa economia monetária, atribuía à dinâmica econômica **a marca da instabilidade financeira**. Essa formulação traz implícita uma **retradução do tempo**.

A economia monetária e empresarial torna intrínsecas, ao cálculo capitalista, a incerteza e as expectativas. Assim, não se pode predeterminar modalidades, comportamentos de cálculo e projetá-los mecanicamente no eixo temporal (cronológico) e obter uma trajetória qualquer cíclica, por exemplo, que será admitida como a representação da dinâmica, dados os pressupostos naquele tempo inicial. No processo, as expectativas alteram o cálculo dos agentes, que redefinem suas decisões financeiras e produtivas e com isso restabelecem o tempo de valorização de seus ativos de distintos tipos. Isto é, fica inviabilizada a representação mecânica do movimento econômico-financeiro, uma vez que os agentes permanentemente reavaliam o passado e perscrutam o futuro.

O que existe é o tempo formado pelas expectativas dos agentes quanto à valorização dos ativos (financeiros e produtivos), o que significa uma temporalidade mutável da estrutura de valorização; é um tempo interno a essa estrutura. Impossível a validade teórica de uma representação via seqüência, períodos ou *perpetum mobile* num eixo temporal 'exterior'. O tempo não pode ser sinônimo de espaço na representação da dinâmica econômica." (Braga, 2000d, p. 41-43).

Tempo e espaço.

"Na adequada percepção de Shackle não se pode fazer do tempo ... uma simples analogia de um espaço, uma dimensão ... como se fosse uma 'variável extensa' (Shackle, 1977: 50). Retorna-se à questão do uso de métodos de outras ciências em Economia. O método que o físico utiliza não serve ao economista:

'O objeto principal de seus estudos (dos economistas) é um intervalo no qual se dá efeito a idéias, suas e de outros sujeitos, que existiam no umbral mesmo deste intervalo; e o caráter deste efeito depende do caráter das idéias em questão, mas não corresponde necessariamente com nenhuma idéia concreta do indivíduo. Um intervalo assim concebido não pode ser nunca abstraído até esfumar-se num ponto do tempo. Deve ter um princípio e um fim, distintos e separados, de tal maneira que o que se possa imaginar acerca de seu conteúdo ao começo deste intervalo seja parte da fonte, mas não a imagem da visão que se terá feito patente quando se conclua este intervalo' (Shackle, 1977: 51)."

"A sistematização lógica de Keynes foi feita através da 'meta-estática' ou 'kaleido-estática' (Shackle), na Teoria Geral, com o propósito, contudo, de realizar uma **síntese da instabilidade**. Sua teoria como que está posta em qualquer momento do processo capitalista – abordagem acrônica ou pancrônica – para revelar a maneira pela qual a realização da riqueza privada, numa economia monetária, promove repentinas e amplas flutuações.

Não pode caber dúvida quanto à inovação de seu pensamento para uma teoria da dinâmica econômica capitalista: '... o que ofereço é uma teoria das causas pelas quais a produção e o emprego são tão sujeitos a flutuações' (Keynes, 1978: 178)".

"(3) A afirmação da categoria do capital em geral de Marx, através de sua concretude como capitais centralizados, como instância teórica fundamental para as mediações lógico-históricas da concorrência visando à dinâmica." (Braga, 2000: 43-44, 330).

Lógica e História – “ponto de encontro”.

"Schumpeter, Kalecki e Keynes surgem, assim, ainda que com métodos diferenciados, como fundadores de questões teóricas, conceitos e interpretações que perscrutam o **conteúdo lógico-histórico da dinâmica capitalista**. Marx foi, como reconheceu Schumpeter, o pioneiro na constituição dessa problemática."

"... As dificuldades a partir de Marx são outras, relacionadas a como utilizar seu método e suas categorias na dinâmica do capitalismo pautada pelo capital, esse sujeito contraditório, pleno de fetiche, cujo movimento deve ser perseguido por uma atenta atualização espacial e temporal das categorias, sem o que o pensamento vira um dedutivismo, um contra-senso para o materialismo histórico-dialético.

Desenhamos, portanto, um 'ponto de encontro' da teoria crítica, em direção a uma teoria da **instabilidade estrutural**. A instabilidade estrutural tem como significação ser a instabilidade do todo, decorrente de sua forma, da compenetração funcional (deslocamentos), da trama, da complexidade e, assim, uma instabilidade intrínseca àquele conjunto de relações, num movimento que não admite a estabilidade dinâmica convergindo para o equilíbrio. Ela trata das mudanças estruturais ou qualitativas que um sistema sofre a partir de alterações endógenas. Já a instabilidade dinâmico-funcional decorre da função desta ou daquela parte da Suma-Agregado. Assim pode-se ter uma instabilidade dinâmica baseada numa função, por exemplo, a da interação entre investimento e estoque de capital, com parâmetros tecnológicos e financeiros dados, e chegar a uma dinâmica cíclica, canônica, determinística. Esta concepção admite inclusive a incorporação de mecanismos de retorno ao equilíbrio (estabilidade dinâmica).¹⁷"

"(4) A assunção de que a periodização da dinâmica do capitalismo permite compreender como se modificam as formas de movimento, a instabilidade e a crise; ressaltando-se que o corte capitalismo de livre concorrência/capitalismo monopolista-competitivo não deve congelar a periodização, nem impedir a atualização das categorias.

17 O todo é um conjunto no qual a posição das partes não é indiferente. É um composto cuja natureza não pode reduzir-se à natureza das partes componentes; é um modo de ser das partes componentes; só a mente pode fundamentar a diferença entre o todo e as partes. Todo é diferente de Suma, conjunto no qual é indiferente a situação das partes, adições, agregados, todo composto pelas partes. A estrutura é um conjunto de elementos solidários entre si, cujas partes são função umas das outras, componentes interrelacionados, cada componente relacionado com os demais e com a totalidade. Uma estrutura é composta mais por membros do que por partes, é um todo. Não existe independência relativa de uns para com outros, existe compenetração funcional, i.e., as realidades interpenetram-se. Na concepção pura de função dá-se a ação própria ou natural de um órgão, aparelho ou máquina; pensa-se um conjunto constituído não por coisas (ou substâncias em geral) mas por funções, de tal maneira que cada realidade se define pela função que exerce. A compenetração funcional da estrutura nega esse funcionalismo em que cada realidade se basta e logo a dinâmica pode ser mecânica. Na concepção de estrutura cabe a idéia de deslocamento funcional, nas abstrações transitórias (categorias que se modificam com o movimento estrutural), sendo os deslocamentos funcionais representativos de modificações históricas. Pode-se pensar o processo de estruturação/desestruturação. Ao compreender-se a estrutura pode-se formular o conceito de crise como alteração qualitativa radical e descontínua, estado de dúvida, tensão, conflito. Já a instabilidade dinâmica é calcada na concepção funcionalista (mencionada acima) e estruturalista, esta última impeditiva da compreensão de como se formam as estruturas e de como as desestruturações agem no coração das estruturas, desde a formação delas. (Lefebvre, Vercelli, Badaloni). No capitalismo, para a teoria crítica, a estrutura envolve o capital em suas várias dimensões, o assalariamento, as decisões competitivas dos capitalistas, o entrelaçamento de juros e lucros, a interdependência de crédito, investimentos, inovações, acumulação.

(5) A tese de que o capitalismo contemporâneo caracteriza-se por uma dominância financeira em sua realização dinâmica de riqueza."

"... valendo-nos da teoria da acumulação de capital e da demanda efetiva, analisamos como se engendram processos tais como os da renda agregada e da capitalização financeira, oriundos das decisões e práticas capitalistas, viabilizados pelas formas privadas e públicas de gestão da riqueza, na macroestrutura financeira, que tornam a circulação de riqueza virtual um elemento estrutural do capitalismo contemporâneo, um 'estrato superior' de riqueza.

Consideramos como o processo gerado por investimentos, acumulação e progresso técnico, sob o comando das corporações competindo na mesoestrutura, redundando em flutuações pró-expansão ou flutuações pró-crise, flutuações estas de perfis mutáveis, determinadas pelo cálculo financeiro geral das corporações capitalistas. Assim, o longo prazo não é unicamente o de crescimento, podendo ocorrer um longo prazo que aponta para uma crise de reprodução. Nestes momentos, o tempo histórico se impõe como resolutivo explicitando que a riqueza capitalista tem uma temporalidade, não é forma aistórica." (Braga, 2000d, p. 45-46, 330, 332-333).

Ao concluir este memorial aponto para o que é o meu programa de trabalho em RDIDP (regime de dedicação integral à docência e pesquisa), desde Novembro de 2004: "*Dinâmica mundial, Finança e Capitalismo Tardio – (Questões teóricas e desdobramentos históricos, no Brasil)*". Nessa trajetória pretendo chegar a uma tese de professor titular relacionada à recente história do Brasil em seu movimento entre o subdesenvolvimento e o fugidio desenvolvimento.

V. BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M., COUDERT, V. *La Globalisation financière : L'aventure obligée*. Economica, Paris, 1990.
- AGLIETTA, M. *Macro-économie financière*. La Decouverte, Paris, 1995.
- AKYUZ, Y. Comercio y finanzas: disyuntivas del ajuste estructural. *Revista de Economía Política Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, n.20, 1991.
- ACIOLI, S.L. *A Evolução recente do Corporate Finance das Empresas Alemãs*.: São Paulo: IESP/FUNDAP, 1993. (Relatório de Pesquisa).
- ACIOLI, S.L. A evolução recente do *corporate finance* das empresas alemãs. In : CINTRA, M.A.M., FREITAS, M.C.P. (Org). *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros – Um estudo comparado*. São Paulo: FUNDAP/FAPESP, 1998.
- ALTVATER, E. *Continuities and discontinuities in the German economy after unification – Or the difficulties of monetary integration into a successful currency area*. Free University of Berlin, 1993. (Working Paper).
- AZEREDO, B., GOLDENSTEIN, S. Reforma da previdência social no Chile. *Texto de Discussão*, n. 15, Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Políticas Públicas, 1993.
- ARAÚJO DOS SANTOS, J.C. *A Gestão da dívida mobiliária federal: observações sobre a sua origem e a sua evolução*. Campinas: UNICAMP. IE, 1994. (Tese Mestrado).
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento. *Financiamento do desenvolvimento: políticas de financiamento de longo prazo, funding e formatação das instituições financeiras de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1994.
- BADALONI, N. Marx e a liberdade comunista. In: HOBBSBAWN, E.J. (Org.) *História do marxismo*, I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. *O processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP. IE, 1985. (Tese, Doutorado).
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

- BARNET, R.J., MÜLLER, R. Poder global – A força incontrollável das multinacionais. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.
- BARRA, C. “*La Determinación de las tasas de interés de los valores gubernamentales: el caso de México*”. México, D.F.: Banco de México, unpublished, 1994.
- BELLUZZO, L.G.M. *Valor e capitalismo*. Um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980/Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (Economia 30 Anos – UNICAMP, 3).
- _____. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.
- BERGHAHN, V.R. Modern Germany– Society, economy and politics in the twentieth century. Cambridge University Press, New York, 1990.
- BNDES. Considerações sobre o financiamento do investimento em países selecionados: Japão, Alemanha, Itália e México. *Textos para Discussão*, n. 4. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1992.
- BOBBIO, N. et al. Dicionário de Política. Brasília: Ed.UNB, 1995.
- BORIO, C.E. V. *Monetary policy operating procedures in industrial countries*. Basle : BIS, 1997. (BIS – Working Papers, 40).
- BONELLI, R., PINHEIRO, A.C. O papel da poupança compulsória no financiamento do desenvolvimento: desafios para o BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.1, n.1., p. 17-36, 1994.
- BRAGA, J. C. S. Notas sobre o processo de concentração e centralização de capitais. ESCOLATINA, Chile, 1972. (Mimeogr.)
- _____. A questão da saúde no Brasil – Um estudo das políticas sociais em saúde pública e medicina previdenciária no desenvolvimento capitalista. Campinas: UNICAMP. IE, 1978. (Tese, Mestrado).
- _____. Os desequilíbrios financeiros e do balanço de pagamentos: uma reflexão sobre políticas de estabilização no Brasil. FUNDAP/UNICAMP, 1982. (Mimeogr.).
- _____. O esgotamento das políticas de estabilização. Folha de São Paulo, 14/06/1982.

- _____. Instabilidade capitalista e demanda efetiva. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 3, julho/setembro de 1983.
- _____. Temporalidade da riqueza – Uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista. Campinas: UNICAMP, IE, 1985. (Tese de Doutorado).
- _____. Questões sobre a crise do capitalismo tardio. A instabilidade estrutural no capitalismo brasileiro. *Texto para Discussão*, n.14, São Paulo: IESP/FUNDAP, p.7-15, 1988a.
- _____. Questões sobre a crise do capitalismo tardio. A crise da dívida externa e a “crise fiscal”. *Texto para Discussão*, n.14, São Paulo: IESP/FUNDAP, p.24-28, 1988b.
- _____. Questões sobre a crise do capitalismo tardio. Inflação e controle de preços no Brasil. *Texto para Discussão*, n.14, São Paulo: IESP/FUNDAP, p.16-23, 1988c.
- _____. A ‘financeirização’ do capitalismo desenvolvido. Folha de São Paulo, p. B2, julho/1990a.
- _____. Inflação e reversão estrutural no capitalismo brasileiro. Economia em Perspectiva. Carta de Conjuntura, Corecon – SP, n. 76, p. 1-2, dezembro/1990b.
- _____. A financeirização da riqueza (a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais). *Textos para Discussão*, n. 5, São Paulo: Instituto de Economia do Setor Público/FUNDAP, 1991a.
- _____. A dolarização é a última ilusão de moeda forte. Carta Política, Ano I de 30 outubro 1991b.
- _____. *Finanças industrializantes para a estabilização e o desenvolvimento*. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, p.1-30, 1992a.
- _____. O espírito da bossa nova na economia nacional. O Estado de São Paulo, 26/04/1992b.
- _____. É melhor seguir o que deu Certo. *Revista Exame*, p.38, set. 1992c.
- _____. Como avaliar o primeiro ano do ministro Marcílio na Economia? *Revista Visão, Debate na Economia*, p.38, 1992d.
- _____. A financeirização da riqueza : a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Revista Economia e Sociedade*, n.2. Campinas: IE/UNICAMP, 1993a.

- _____. Finanças industrializantes: as condições para um novo desenvolvimento nos anos 90. *Revista Economia – Ensaios*. Uberlândia, v. 8, n. 1., p. 75, 1993b.
- _____. La restructuración de las finanzas (La moneda y el desarrollo en Brasil). *Revista de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, n. 203, p. 103-140, jan/mar. 1993c.
- _____. A âncora da moeda é o dinamismo industrial. Indicadores IESP n. 17, junho/1993d.
- _____. Fim da inflação e dinâmica econômica no Brasil. Opinião Econômica. Folha de São Paulo, p.4, 11 de julho/1993e.
- _____. Estabilização requer plano multimetas. Publicado em Indicadores n. 21, out/1993f.
- _____. El finaciamento de la riqueza. *Revista de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, n. 206, p. 51-91, out-dec. 1993g.
- _____. Globalização subdesenvolvida. Folha de São Paulo, 31/07/1994.
- _____, CINTRA, M.A.M., DAIN, S. *Financing the public sector in Latin America*, 1995 (Discussion Papers, n. 102)
- _____, PESSINI, J.E., SILVA, C.E.S. (Org.) *Infra-estrutura econômica e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, IESP, 1996a.
- BRAGA, J.C.S. *Economia Política da Dinâmica Capitalista*. (Observações para uma proposta de organização teórica). *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, v.26 Número Especial, 1996b.
- _____. Lineas generales de una política económica de alternativa. In: Poder Legislativo Federal (Org.) *Transición política y reforma del Estado*. México, 1996c.
- _____. Financeirização Global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Org.). *Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997a.
- _____. Impasses do capitalismo globalizado. Indicadores IESP n. 62, set/out/1997b.
- _____, PRATES, D.M. Todos os bancos do presidente? In: BOSI, A., COUTINHO, C.N., SADER, E., NOVAIS, F., CARDOSO DE MELLO, J.M., FIORI, J.L., TAVARES, M.C., CHAUÍ, M., SINGER, P., ARANTES, P. *A que ponto*

chegamos – balanço do governo fhc Cardoso e perspectivas da oposição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998a.

BRAGA, J.C.S. Produtivismo e Especulação na Gestão da Riqueza. Um estudo sobre Estados Unidos, Japão e Alemanha. In: Cintra, M.A.M., FREITAS, M.C.P. *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros– Um estudo comparado*. São Paulo: FUNDAP/FAPESP, 1998b.

_____. Os orçamentos estatais e a política econômica. In: BELLUZZO, L.G.M. COUTINHO, R. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise*. V 1., p. 225-245, 1998c.

_____. Posfácio. In: THÉRET, B., BRAGA, J.C.S. (Org.). *Regulação econômica e globalização*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998d.

_____. É possível evitar uma grande depressão global?” Indicadores IESP n. 67, julho/agosto, 1998e.

_____. Alemanha : império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, J.L. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, RJ: Vozes, p.191-221, 1999.

_____. Cronicamente inviável. Economia em Perspectiva. Carta de Conjuntura, Corecon – SP, n. 172, p. 2-3, junho/2000a.

_____, CINTRA, M.A M. Brasil y la reorganización de las finanzas internacionales. *Revista Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 168, jul/ago. 2000b.

BRAGA, J.C.S. O Estado anti-liberal da macroeconomia da riqueza financeira. Indicadores – DIESP, São Paulo: FUNDAP, n. 81, p. 3-5, 2000c.

_____. Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000d. (Coleção Teses).

_____, BARROS SILVA, P.L. A mercantilização admissível e as políticas públicas inadiáveis: estrutura e dinâmica do setor saúde no Brasil, pág.) In: NEGRI, B. GIOVANNI, G.D. (Org.) *Brasil, Radiografia da Saúde*, Campinas, SP, p. 19-42, 2001a.

BRAGA, J.C.S. Limites da estabilização latino-americana. *Gazeta Mercantil*, fev./2001b.

_____. A economia de um só fundamento. *Gazeta Mercantil*, p. A-3, de 26/03/2001c.

- _____. Observaciones sobre la inestabilidad en América Latina. In: BARBATO, C. *Globalización y políticas macroeconómicas – Su incidencia en el desarrollo latinoamericano de los años noventa*. Montevideo, Uruguay: Ed. Trilce, 2001d.
- _____. Alternativas de desenvolvimento no Brasil. Valor Econômico, p. A8, dez/2001e.
- _____. É hora de enfrentar o atraso. Revista Isto É, p. 80, jan/2002a.
- _____. FMI – Tudo e nada a comemorar. Folha de São Paulo, Caderno Opinião, 10/08/2002b.
- _____. ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) Palácio do Planalto, Auditório, Brasília, Distrito Federal, maio/2004a.
- _____. CINTRA, M.A.M. Finança mundial dolarizada e capital financeiro – exasperação sob comando americano. In: FIORI, J.L. *O poder norte-americano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004b.
- CALLEO, D. The German Problem reconsidered – Germany and the World Order, 1870 to the Present; Cambridge University Press, Cambridge, London, 1978.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 1).
- _____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995. 2. Ed. Rev. Aum. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).
- CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10. Ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998 (30 Anos de Economia – UNICAMP, 4).
- CHANDLER JR., A. *Scale and Scope*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard Univ.Press, 1990.
- CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, L.G. *The internationalization of oligopoly capital*. Cornell University, USA, 1975 (Tese, Doutorado).
- _____. *Desenvolvimento tecnológico da indústria e a constituição de um sistema nacional de inovação no Brasil* (proj. de pesquisa). Campinas: UNICAMP, 1991. (Mimeogr.).

- CINTRA, M.A.M. *O processo de Tomada de Controle Acionário entre as Corporações Americanas (1980-1992) : A Mania de Fusões*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1993. (Relatório de Pesquisa).
- CINTRA, M.A.M. *A Montagem de um Novo Regime Monetário-Financeiro nos Estados Unidos (1982-1994)*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1996. (Relatório de Pesquisa).
- DEUTSCHER, I. Trotsky – El profeta desarmado– 1921 1929. Ed. Era, Mexico, 1968.
- DEUTSCHER, I. Trotsky – El profeta desterrado–1929-1940. Ed Era Mexico,1969.
- DAIN, S., TAVARES, L. O financiamento da Previdência Social no contexto da reforma tributária” In: *A Previdência social e revisão constitucional*, Brasília, D.F.: Ministério da Previdência Social/CEPAL, v. 2., 1993.
- DAIN, S. Experiência internacional e especificidade brasileira”. Projeto *Balanço e Perspectivas do Federalismo Fiscal no Brasil – A Reforma Tributária no Contexto da Revisão Constitucional*, Tomo 1. São Paulo: Instituto de Economia do Setor Público/FUNDAP, v.7 , 1994.
- DRAIBE, S.M. *Rumos e metamorfoses – Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização o Brasil – 1930-1960*. São Paulo: USP, 1980. (Tese, Doutorado).
- EDWARDS, F.R. Financial markets in transition or the decline of commercial banking. In: *Changing Capital Markets: Implications for Monetary Policy*. A Symposium Sponsored by the Federal Reserve Bank of Kansas City. Jackson Hole, Wyoming, 1993.
- FERREIRA, C.K.L. Custo de capital, condições e competitividade: instituições oficiais de crédito, financiamento de longo prazo e mercado de capitais. In: *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, CT/FINEP/PADCT/IEI/UNICAMP, Campinas, 1993.
- FIORI, J.L. O ajuste brasileiro: nasce um novo consenso?. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, n.37, p. 16-27, 1993.
- FREITAS, M.C.P. (1997) Concurrence bancaire, speculation et instabilite financiere : une lecture hétérodoxe de l'évolution du système financier international. (These pour le Doctorat en Sciences Economiques).Universite Paris XIII.

- GERSCHENKRON, A. Atraso economico e industrializacion. Ed. Ariel, Barcelona, 1970.
- GIERSCHE, H. Growth, Cycles and Exchange Rates – the experience of the West Germany. Almqvist and Wiksell, Stockholm, 1970. A página referida é da edição alemã: Konverse fragen der Wirtschaftspolitik. B.Piper and Co.Verlag, München, 1971.
- GALBRAITH, J. K. Moeda: de onde veio, para onde foi. São Paulo: Pioneira, 1983.
- GILBERT, R.A. *A Comparison of proposals to restructure the US financial system*. New York : The Jerome Levy Economics Institute, 1993 (Working Paper, n. 91).
- GILPIN, R. The Political economy of International Relations. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- GUTTMANN, R. *How credit money shapes the Economy : the United States in a global system*. Armonk: M.E. Sharpe, 1994.
- HALLET, G. The social economy of West Germany, Macmillan, London, 1973.
- HENDERSON, W.O. The rise of German industrial power – 1834-1914. Temple Smith-London, 1975.
- HILFERDING, R. El Capital Financiero. Ed. Tecnos, Madrid, 1963.
- HILFERDING, R.O *Capital financeiro*. São Paulo : Nova Cultural (Os Economistas), 1983.
- HOBSON, J.A. *A Evolução do capitalismo moderno*: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas). Tradução brasileira de “The Evolution of modern capitalism: a study of machine production” (1894). 1985
- HUERTA G., Arturo *Liberalización e inestabilidad económica en México*. México, D.F.: UNAM/Ed. Ediana, 1992.
- HUERTA G., Arturo *La Política neoliberal de estabilización económica en México*: límites y alternativas. México, D.F.: Editorial Diana, 1994.
- IDB. *Economic and Social Progress in Latin America*. Report (Special Report: Fiscal Decentralization), Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 1994.

IESP/FUNDAP. *O Novo formato institucional do sistema financeiro brasileiro*. Relatórios de Pesquisa Nº 3, 4, 5. São Paulo: Instituto de Economia do Setor Público/Fundap, 1993.

KEYNES, J. M. *The Great slump of 1930*. In: ——— *Essays in persuasion*. London : W. W. Norton, 1930

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest, and money*. New York, Darbinger, 1964.

KEYNES, J.M. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Managing Editors Sir Austin Robinson and Donald Moggridge, London: Macmillan, 1971-1989.

LANDES, D.S. *Bankers and pashas: international finance and economic imperialism*. London: Heineman, 1958.

LANDES, D.S. *The Unbound Prometheus*. Cambridge University Press, Cambridge, 1972.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LESSA, C. *O conceito de política econômica – ciência e/ou ideologia?* Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 7).

LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 – Sonho e fracasso*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5).

LEVI, M.L. *O Sistema de financiamento das empresas japonesas: a estrutura montada no pós-guerra e os impactos da liberalização financeira da década de 80*. Campinas: UNICAMP. IE, 1996. (Tese, Mestrado).

LEVI, M.L. *Transformações recentes do sistema financeiro japonês*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1996.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Nova Cultural, São Paulo, 1986.

MÃOS À OBRA BRASIL: *Proposta de Governo*/Fernando Henrique Cardoso. Brasília: 1994.

MARX, K. *El Capital*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, v. III, 1968.

- MARX, K. A burguesia e a contra-revolução. Ed. Ensaio, São Paulo, 1993.
- MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo. O Capitalismo e suas crises. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2004 (Coleção Teses).
- MINSKY, H. P. John Maynard Keynes. Columbia, Columbia University Press, 1975.
- MINSKY, H.P. *Stabilizing an unstable economy*. New haven: Yale University Press, 1986.
- MIRANDA, J.C.R. *Câmbio, juros e fisco: a experiência internacional*. Campinas: UNICAMP. IE, 1992. (Tese, Doutorado).
- MOORE JR., B. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia – Senhores e Camponeses na construção do mundo moderno. Ed. Cosmos Liv. Martins Fontes, Lisboa, 1967
- NASSUNO, M. *As Transformações recentes do sistema financeiro alemão e as implicações sobre a política monetária*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1996. (Relatório de Pesquisa).
- NASSUNO, M. As transformações recentes na estrutura do sistema financeiro alemão e a as implicações sobre a política monetária. In: Cintra, M.A.M., FREITAS, M.C.P. *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros Um estudo comparado*. FAPESP–FUNDAP, São Paulo, 1998.
- PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano). *Revista Economia e Sociedade*, n.7, Campinas, 1996.
- SERFATI, C. *Le rôle actif des groupes à dominante industrielle dans la financiarisation de l'économie*. In: La mondialisation financière – Genèse, coût et enjeux. Syros, Paris, 1996.
- SKIDELSKY, R. John Maynard Keynes – Hopes Betrayed – 1883/1920, Macmillan, London, 1983.
- SKIDELSKY, R. JMK – The economist as a saviour–1920/1937. Macmillan, London, 1992.
- SMITH, E.O. The German Economy. Routledge, London and New York, 1994.
- SWOBODA, A. K., PORTES, R. Threats to international financial stability. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

TAVARES, M. C. *Ciclo e Crise*. O movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1978. (Mimeogr.)/Campinas: UNICAMP. IE, 1988 (30 Anos de Economia–UNICAMP, 8).

_____. A retomada da hegemonia americana. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.5, n.2, p. 5-15, 1985.

_____. In: HOBSON, J.A. *A Evolução do capitalismo moderno*: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1992.

_____. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 21-58, ago.1992.

_____, FIORI J.L. (Des)ajuste global e Modernização Conservadora. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

TAVARES, M. C. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro”, In TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Des) *Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo. Ed. Paz e Terra, p. 21-73, 1993.

_____, MELIN, L.E. (1997) A Retomada da Hegemonia Americana Revisitada. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Org.) *Poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. Ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 6).

_____. *Ciclo e Crise; o movimento recente da industrialização brasileira*. 3. Ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 8).

TEIXEIRA, A. EUA: a 'curta marcha' para a hegemonia. In: FIORI, J.L. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, p. 155-190, 1999.

TEIXEIRA, A. O império contra-ataca: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana. *Revista Economia e Sociedade*, n. 15. Campinas: IE/UNICAMP, p. 1-13, 2000.

TRIFFIN, R. *Gold and the Dollar Crisis: the future of convertibility*. New York: Yale University, 1960.

VEBLEN, T. *Imperial Germany and the Industrial revolution*. The Viking Press, New York, 1942.

VERCELLI, A. Uncertainty, technological flexibility and regulation. University of Siena, 1988. (Mimeogr.).

WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World-Economy*. New York, 1979.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reforms? In: IDEM (Ed.) *Latin America adjustment: How much has happened?*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

WORLD BANK (The) *World Development Report 1994*. Infrastructure for Development. New York: Oxford University Press, 1994.

ZYSMAN, J. *National roots of a "global" economy*. In : *Revue D'Économie Industrielle*, n. 71, 1er trimestre. Paris, 1995.